

RELATÓRIO

I ENCONTRO NACIONAL DOS MOVAS

Porto Alegre, 26 a 28 de outubro de 2001

Elaboração: Liana Borges



APRESENTAÇÃO

O I Encontro Nacional dos MOVAS surgiu a partir da iniciativa do MOVA-RS, uma das ações da política pública de EJA desenvolvida na Gestão do Ex-Governador Olívio Dutra, através da Secretaria de Estado da Educação coordenada pela Profa. Dra. Lucia Camini. Contudo, este momento só foi possível porque o MOVA-RS teve o apoio incondicional do Instituto Paulo Freire (IPF) e da Ação Educativa, ambas as organizações sediadas em São Paulo e com tradição em Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos.

A ideia de organizar o I Encontro Nacional dos MOVAS nasceu no I Fórum Social Mundial POA (Janeiro de 2001), no estande do IPF, pois neste espaço circulavam pessoas ligadas à alfabetização de jovens e adultos e à Educação Popular, tanto de governos municipais como de movimentos sociais em busca de materiais do IPF e do MOVA-RS sobre o tema.

Em um determinado dia do I FSM, que a memória não ajuda a lembrar, reunimos a coordenação MOVA-RS e de outros MOVAS, Moacir Gadotti pelo IPF, a Ação Educativa (não recordo quem), alguns militantes e coordenadores dos MOVAS e de outras experiências dos Movimentos, os Educadores Carlos Rodrigues Brandão (SP) e José Francisco de Souza (PE) e companheiros argentinos do Programa Nunca És Tarde, coordenado pela Federação dos Universitários da Argentina (FUA), parceiros do MOVA-RS.

Nesta ocasião, portanto, nasceu o I Encontro Nacional dos MOVAS, a definição de um calendário de trabalho e um esboço do que a seguir veio ser a pauta do encontro.

Uma agenda de trabalho foi acordada entre todos e foi este grupo que pensou, executou e avaliou esta experiência que, a nosso ver, representa uma marca importante na história da Educação Popular do país, uma vez que nossos desejos mais profundos geraram os seguintes objetivos: 1- Retomar os compromissos internacionais e nacionais com a Educação e a Alfabetização de

Jovens e Adultos, avaliando os seus impactos nas políticas públicas de EJA das administrações populares; 2 - Resgatar a história da Educação Popular latino-americana, situando o MOVA como ação educativa comprometida com a continuidade e com a recriação das ideais freireanas; 3 - Intercambiar experiências entre os movimentos de alfabetização com o objetivo de sistematizar e contribuir com a reafirmação e construção de novos MOVAS; 4 - Registrar este 1º Encontro Nacional de MOVAS; 5 - Criar um Fórum eletrônico dos MOVAS com o intuito de organizar uma rede de articulação que mais tarde passaria a ser chamada de MOVA BRASIL¹.

O I Encontro Nacional dos MOVAS ocorreu nos dias 26 a 28 de outubro do mesmo ano (2001) e contou com a participação de mais de trezentos coordenadores e educadores de MOVAS ou de futuros MOVAS, assim distribuídos:

Os MOVAS estaduais estiveram representados pelos seguintes Estados: Acre, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Rondônia.

Os MOVAS municipais foram representados por: Minas Gerais: Ipatinga; Rio Grande do Sul: Anta Gorda, Cachoeirinha, Caxias do Sul, Estância Velha, Porto Alegre, Rondônia, Santa Maria; São Paulo: Santo André, São Bernardo, São Paulo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires; Pará: Belém.

Os municípios que ainda irão constituir ou que estão em processo de constituição do MOVA: Alagoas: Maceió; Bahia: Alagoinhas, Mutuípe; Espírito Santo: Cariacica; Paraná: Londrina, Ponta Grossa, Porecatu; Pernambuco: Camaragibe; Concórdia, Chapecó, Rio do Sul; Sergipe: Aracaju.

Os municípios que têm programa de Educação de Jovens e Adultos em parceria com a sociedade civil, mas não se denominam como MOVA: Goiás: Goiânia; Santa Catarina: Blumenau; Rio Grande do Sul: Gravataí.

Os municípios que têm programa de Educação de Jovens e Adultos, mas que não são realizados em forma de parcerias: São Paulo: Araraquara, Jandira, São Carlos, Campinas, Piracicaba e Jacareí.

¹ No Encontro dos MOVAs em Goiânia apresentei a proposta, que foi aceita, de batizarmos estes encontros e a articulação dos MOVAS de MOVA BRASIL. No relatório deste Encontro este registro está feito para ser recuperado.

O 1º Encontro Nacional de MOVAS contou com a presença da Ação Educativa e Instituto Paulo Freire (coordenação) e do APEART – Associação do Programa de Educação de Assalariados Rurais Temporários de Londrina.

Liana Borges
Pela Coordenação do MOVA-RS e do I Encontro Nacional dos MOVAS

Relatório de dezembro de 2001.
Reorganizado em novembro de 2013 com as fotos e a nota de rodapé.



Abertura do I Encontro Nacional dos MOVAS

Montagem do Mapa do Brasil com a colocação dos MOVAS presentes.

Na foto: Liana Borges (MOVA-RS) Maria Margarida Machado (Projeto AJA – MOVA- Goiânia e Rodrigo Gimenez e companheira do Nunca És Tarde (ARG)

INTRODUÇÃO

O 1º Encontro Nacional de MOVAS – Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos tem no Fórum Social Mundial (janeiro de 2001) seu primeiro momento de articulação, pois uma agenda intensa de trabalho teve prosseguimento. Como destaque, recordamos que em fevereiro a EJA/RS fez um levantamento do interesse das Administrações Populares em participarem do 1º Encontro Nacional de MOVAS e, como resultado, obteve adesão de cinqüenta governos municipais e ou estaduais.

Alguns meses depois do recebimento das respostas e de um planejamento, fomos informados sobre a realização do Fórum Mundial de Educação – FME, que esse ocorreria na mesma cidade (Porto Alegre), sendo que alguns dias coincidiriam com a agenda dos MOVAS. Mesmo com algumas dúvidas, decidimos manter o Encontro como atividade simultânea, a partir de acordos entre o Comitê organizador do FME.

Dez meses após o I FSM, o 1º Encontro Nacional de MOVAS aconteceu em Porto Alegre, nos dias 26 a 28 de outubro de 2001, com os seguintes objetivos: 1- Retomar os compromissos internacionais e nacionais com a Educação e a Alfabetização de Jovens e Adultos, avaliando os seus impactos nas políticas públicas de EJA das administrações populares; 2 - Resgatar a história da Educação Popular latino-americana, situando o MOVA como ação educativa comprometida com a continuidade e com a recriação das ideias freireanas; 3 - Intercambiar experiências entre os movimentos de alfabetização com o objetivo de sistematizar e contribuir com a reafirmação e construção de novos MOVAS; 4 - Registrar este 1º Encontro Nacional de MOVAS; 5 - Criar um Fórum eletrônico dos MOVAS.

A pauta do dia 26/10 contemplou os dois primeiros objetivos a partir das reflexões propostas por Maria Clara Di Pierro (Ação Educativa) sobre os Compromissos Internacionais e Nacionais no campo da Alfabetização de

Jovens e Adultos, e por Carlos Rodrigues Brandão (SP) que tratou dos Quarenta Anos de Educação Popular. A seguir, João Francisco de Souza (PE) abordou o tema da Concepção político-pedagógica dos MOVAS e Moacir Gadotti, Antônio José de Araújo e Martha Carvalho – MOVA-SP debateram sobre as Parcerias e Participação Popular.

No dia 27/10 de manhã priorizou-se os trabalhos de grupos para que os MOVAS das administrações populares do Acre, Aracaju, Belém, Blumenau, Cariacica, Diadema, Dourados, Goiânia, Ipatinga, Londrina, Maceió, Mato Grosso do Sul, Porto Alegre, Ribeirão Pires, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santo André, São Bernardo, São Paulo e Rondônia fizessem seus relatos nas seguintes temáticas: 1) Formação de Educadores; 2) Conceito e Metodologia de Alfabetização; 3) Organização do MOVA: Parcerias e Participação Popular; 4) Relação MOVA-Redes de Ensino.

No mesmo dia, à tarde, foi feita plenária para socialização dos relatos dos grupos, sendo que os aspectos abordados foram: pontos comuns aos MOVAS; pontos diferentes ou divergentes; sugestões e encaminhamentos.

Relatos do dia 26

✓ **Maria Clara Di Pierro – Compromissos Internacionais e Nacionais no campo da Alfabetização de Jovens e Adultos**

Foram apresentados pela palestrante os compromissos internacionais e nacionais. Quanto aos internacionais destacou as várias Conferências realizadas desde 1949 e ressaltou como essas conferências foram matizando quais seriam as prioridades, as estratégias e os conceitos de alfabetização. Foi nessa conjuntura que os conceitos de educação de base e de alfabetização funcional surgiram. Quanto aos compromissos nacionais, a palestrante destacou como o Brasil está amarrado a um conjunto de compromissos — a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e o Plano Nacional de Educação de 2001 —, que reconhecem a importância da Educação de Jovens e Adultos e endossam os conceitos firmados nos encontros internacionais, entretanto o que está faltando, segundo a palestrante, é vontade política que se traduz em financiamento, em prioridade e valorização dos profissionais em capacitação, em pesquisa e produção de subsídios.



Maria Clara Di Pierro (camisa azul) - Compromissos Internacionais e Nacionais no campo da Alfabetização de Jovens e Adultos

✓ **Carlos Rodrigues Brandão – Quarenta Anos de Educação Popular**

O palestrante recuperou a história da Educação Popular a partir dos anos 60, destacando os seus princípios políticos-pedagógicos; a preocupação

com o sentido da alfabetização; com o desenvolvimento humano; a necessidade de romper com a concepção de educação bancária; o respeito pelos saberes do educando; o papel do diálogo não só entre educandos e educadores, mas um diálogo entre culturas; o conceito de cidadania e a atualidade de todos esses conceitos.



Carlos Rodrigues Brandão - Quarenta Anos de Educação Popular

✓ **João Francisco de Souza – Concepção político-pedagógica dos MOVAS**

O palestrante falou dos porquês e dos paraquês da nossa ação alfabetizadora. Estamos nos propondo fazer as pessoas acessarem outra cultura e por meio dessa cultura ampliar os seus horizontes culturais e, sobretudo, poder interagir socialmente de tal maneira que tenham maior poder na luta pelo respeito à sua dignidade, aos seus direitos e pelas possibilidades de uma intervenção mais significativa. Mas até hoje a alfabetização não demonstra que isso é viável e talvez isso seja demonstrado pela negatividade, pela própria sonegação que nós fazemos da escola para a população.

A proposta apresentada pelo palestrante é que um movimento de alfabetização, portanto movimento de acesso ou do início ao acesso à cultura escrita, deveria ser todo ele feito dentro da discussão dos valores, ou seja, da organização econômica e das organizações sociais.



João Francisco de Souza (camisa branca) – Concepção político-pedagógica dos MOVAS

✓ **Moacir Gadotti, Antônio José de Araújo e Martha Carvalho – MOVA-SP: Parcerias e Participação Popular**

A discussão sobre parceria e participação teve vários olhares: o do coordenador do programa em 1989-1991, Moacir Gadotti; a de uma das integrantes da equipe de coordenação do programa em 1989-1991 e, finalmente, o de um integrante do movimento popular parceiro do MOVA no mesmo período.

Moacir Gadotti abordou três questões muito importantes: o significado de movimento, a autonomia dos movimentos populares e a contribuição do programa para o fortalecimento dos movimentos populares.

Martha Carvalho destaca também, entre outras questões, como uma cidade que foi constituindo sua identidade social e cultural através da disputa dos excluídos da “periferia” ou do “bairro” que reivindicavam o reconhecimento do seu direito à cidade, encontrou na experiência do MOVA o esboço inacabado de um projeto de cidadania, de restituição do direito e da justiça para todos. Um esboço inacabado cuja força tinha origem tanto em processos coletivos de organização e de luta, como na descoberta por alfabetizadores e alfabetizados do valor da conquista pessoal do direito à leitura da palavra e do mundo.

Antonio José de Araújo apresenta o olhar do movimento popular nessa relação de parceria. Apresenta as dificuldades que os movimentos tiveram em

se constituir em entidades jurídicas para firmarem os convênios; a importância do Fórum Municipal e a relação com o Estado; e o papel do movimento de reivindicar e também de participar dos espaços públicos de decisão.



Moacir Gadotti - Parcerias e Participação Popular

Relatos do dia 27 - manhã e tarde

Neste turno priorizamos os trabalhos de grupos para que os MOVAS das Administrações Populares do Acre, Aracaju, Belém, Blumenau, Cariacica, Diadema, Dourados, Goiânia, Ipatinga, Londrina, Maceió, Mato Grosso do Sul, Porto Alegre, Ribeirão Pires, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santo André, São Bernardo, São Paulo e Rondônia fizessem seus relatos nas seguintes temáticas:

- 1) Formação de Educadores
- 2) Conceito e Metodologia de Alfabetização
- 3) Organização do MOVA: Parcerias e Participação Popular
- 4) Relação MOVA-Redes de Ensino

No mesmo dia, à tarde, foi feita plenária para socialização dos relatos dos grupos, sendo que os aspectos abordados foram: pontos comuns aos MOVAs; pontos diferentes ou divergentes; sugestões e encaminhamentos.

SISTEMATIZAÇÃO DOS GRUPOS

Grupo 1 – Formação dos educadores

Integrantes: Rio Grande do Sul, Ipatinga, São Bernardo do Campo, Blumenau e Rio de Janeiro.

Pontos em comuns: os princípios políticos-pedagógicos são freireanos e existe concordância sobre a concepção de formação, principalmente sobre ela ser continuada e em conjunto com a rede. Um ponto importante é o comprometimento do educador com a comunidade. A avaliação deve ser processual, emancipatória e redimensionadora da prática.

Diferenças: termos de convênios, conceito de parceria, financiamento, vínculo do educador com a instituição (contratação), nível da escolaridade do educador, a constituição das turmas, a concepção de alfabetização, o referencial teórico, a duração, o espaço e a avaliação.

Desafios: conseguir verba para Educação de Jovens e Adultos, romper com a concepção de suplência, atualizar o conceito de Educação Popular e levar em conta a dimensão total do ser humano.

Sugestões: para o próximo encontro todos deverão levar tarefas.

Grupo 2: Conceito e Metodologia de Alfabetização

Sugestões: organizar seminário para aprofundar os referenciais sobre letramento, lingüística e concepção de alfabetização (II Encontro Nacional do MOVA – Brasil); discutir as questões de gênero e etnia na EJA/MOVA; aprofundar as reflexões sobre planejamento (tema gerador, rede temática entre outros); viabilizar uma rede eletrônica para troca de experiências.

Desafios: recursos humanos para gerenciar os MOVAs e os entraves administrativos e burocráticos. E uma questão ficou para ser aprofundada: O MOVA é partidário?

Grupo 3 A: Conceito de movimento, estrutura do movimento, conceito de parceria e instrumentos jurídicos, avanços e dificuldades.

Integrantes: Acre, Belém do Pará, Porto Alegre, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Pontos comuns: dificuldades com a documentação das entidades para assinatura dos convênios; a contribuição do governo na organização das entidades e a identidade com a Educação Popular.

Diferenças: permanência (tempo) dos educandos e educadores no MOVA; concepção de alfabetização; critérios para a escolha dos educadores; o MOVA-SP partiu dos movimentos populares e do Fórum; enquanto os outros MOVAs foram propostos à sociedade civil; reconhecimento dos MOVAs pelos Conselhos Municipal e Estadual e diferença nos valores da ajuda de custo.

Sugestões: constituição do fórum do MOVA no sentido de contribuir para as instituições do movimento popular; socialização de formas e modelos de convênio; tipo de documentos e estrutura de convênio; debater no fórum critérios para as entidades firmarem convênios; garantir autonomia às entidades.

Grupo 3 B: Conceito de Parceria

Integrantes: APEART (Londrina-PR), MOVA-Ribeiro Pires-SP, MOVA-Santo André-SP, MOVA-RS, Cariacica-ES (Projeto Saber é Preciso).

Pontos comuns: a Educação Popular deve ter como objetivo resistir a todas as formas de dominação e mercantilização das culturas e identidades dos setores populares: danças, costumes, crenças etc; garantir a participação dos parceiros; a formação político-pedagógica dos agentes envolvidos; o registro das ações; indicação dos agentes é feita pela comunidade e a sua origem é a sua comunidade.

Diferenças: Educador Popular x professor com formação acadêmica; convênios e parcerias: sociedade civil, prefeituras, empresas; responsabilidade pela formação pedagógica; indutor da demanda (exemplos: Estado, Fóruns, própria comunidade); vínculos dos educadores.

Sugestões: a concepção de Educação Popular, seus princípios, origem e proposta ideológica devem constar nas propostas dos MOVAs; a concepção de educação deve compreender a alfabetização para o além do ler e escrever, deve ser agente transformador.

Grupo 4: MOVA e sua relação com a rede de ensino

Integrantes: 39 pessoas participaram e os relatores foram: MOVA-MS, MOVA-Santo André, MOVA-Diadema, MOVA-RS e MOVA-Goiânia.

Pontos comuns: a dificuldade das parcerias com as prefeituras que não têm governos populares; problemas com o Tribunal de Contas; a necessidade de proporcionar a continuidade dos estudos para os alunos do MOVA; conceber a EJA como educação de qualidade; alfabetização como direito; formação inicial para os educadores (as) do MOVA; desejo de organizar a sociedade civil; encontros e seminários para os educadores e agentes do MOVA; educador popular próximo da comunidade, o Movimento fortalece as comunidades, o Movimento além de ser um espaço de escolarização é um espaço de convivência; a raiz de todos é Paulo Freire; o Movimento busca junto à sociedade civil alternativas para que seus alfabetizados possam dar continuidade à sua escolarização, por meio das próprias EJAs ou a criação de outras alternativas, exemplos: NORS – Núcleos de Educação de Jovens e Adultos e de Cultural Popular; em Goiânia: o projeto de extensão AJA; o Movimento tem uma grande capacidade de mobilização.

Diferenças: concepção de alfabetização; MOVA como alfabetização inicial x primeiro segmento do ensino fundamental; MOVA digital; número de alunos por turma; definição de políticas públicas pelo Estado; como obter recursos financeiros; organização estrutural quanto aos sujeitos participantes do Movimento: alguns têm coordenadores, animadores, apoiadores e educadores e outros têm técnicos, especialistas em educação; formação continuada: alguns têm sistema estadual, regional, municipal; outros, regional e municipal; MOVA como uma das ações da política pública para EJA; Estado como indutor da demanda; MOVA para alunos portadores de necessidades educativas especiais; os MOVAs provocam mudanças nas redes de ensino; O MOVA e a EJA do Rio Grande do Sul contribuíram para reforçar os cursos de Magistério e de Pedagogia, com ênfase em EJA, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Sugestões: garantir que os governos populares tenham políticas públicas para EJA; MOVA como mais uma ação da educação de jovens de adultos; garantir a participação independente de governo; criar condições para os alunos do MOVA continuarem seus estudos, continuar realizando esses

encontros; financiamento próprio para a Educação de Jovens e Adultos; buscar avançar nas parcerias para conseguir garantir a continuidade do Movimento independente dos governos populares; criar uma rede de alianças para além das entidades, talvez uma ONG.

Dia 28, manhã - Encaminhamentos

O 1º Encontro Nacional de MOVAs deliberou pela realização do 2º Encontro Nacional, a ser realizado no final do primeiro semestre de 2002, com duração de quatro ou cinco turnos, sendo que o local seria definido em um mês, podendo ser: 1º) MOVA-Regional do ABCD Paulista; 2º) Belém; 3º) Acre ou Mato Grosso do Sul.

A temática será *Reafirmando a Educação Libertadora: Concepção de Alfabetização e Cultura*, com os sub-temas 1) *Concepção de Alfabetização*; 2) *Etnia*; 3) *Gênero* e 4) *Parcerias* (se houver tempo na pauta).

O 2º Encontro Nacional de MOVAs tirou uma *Comissão de Organização* composta pela equipe que organizou o 1º Encontro e representantes por regiões: Sul: Blumenau; Sudeste: MOVA Regional ABCD; Centro-Oeste: Goiânia; Norte: Belém; Nordeste: Aracaju.

Outra deliberação importante foi a criação de um *Fórum Eletrônico* que será coordenado pelo MOVA-RS, cuja primeira finalidade é a de fazer circular materiais dos convênios dos MOVAs, com instrumentos jurídico-administrativos.

O 2º Encontro ocorreu no período de 5 a 7 de julho de 2002 e o local foi o MOVA ABC/SP, com a seguinte temática: *Reafirmando a Educação Libertadora: concepção de alfabetização e cultura*, com os subtemas: *etnia, gênero e parcerias*.

Foi indicado para a realização do 3º Encontro Nacional de Movas, em 2003, o estado de Goiás.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SISTEMATIZANDO DIFERENTES EXPERIÊNCIAS

1. MOVA – ACRE

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

No Acre o número de analfabetos na faixa etária dos 40 anos ou mais, na zona urbana é de 19.107 e na zona rural é de 16.721. Esses números indicam que 52% dos analfabetos acreanos têm 40 ou mais anos de idade, aqueles que, por suas condições de vida, saúde, e expectativas são os de mais difícil alcance.

O MOVA atendeu, entre 2000 e 2001, 46.614 alunos. Esse número representa três vezes mais o atendimento no período de 97 a 99. A faixa etária mais atendida foi a de 40 anos ou mais, 14.588.

Os parceiros do MOVA-Acre são: Em âmbito nacional: Programa Alfabetização Solidária; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, Ministério da Educação e do Desporto, Serviço Social da Indústria – SESI, Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Fundação Banco do Brasil. Em âmbito local: prefeituras municipais: Bujari, Brasiléia, Epitaciolândia, Assis Brasil, Tarauacá, Feijó, Manoel Urbano, Xapuri e Rodrigues Alves; Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre – FETACRE e sindicatos afiliados; Central de Movimentos Populares e associações de moradores de bairros afiliadas, Diocese de Rio Branco e Cruzeiro do Sul e algumas paróquias, Sindicato de Produtores Rurais e Assemelhados – SIMPASA e Igrejas evangélicas.

Estamos concluindo os dois primeiros anos de caminhada do MOVA e mais de 46 mil alunos já foram envolvidos, restando pouco para a realização da meta prevista para 60 mil até o final do ano de 2002.

A inclusão de 60 mil pessoas no processo de alfabetização, embora se complete até o ano de 2002, demanda ações que viabilizem a progressão de estudos e ao mesmo tempo a abertura de canais de participação dos cidadãos emergentes no processo de desenvolvimento social. A integração do MOVA no Adjunto da Solidariedade, um programa de governo de ampla ação no combate

a pobreza, começa a acontecer e vai permitir uma eficácia ainda maior dos resultados até aqui alcançados interligando todos os setores do governo do Acre, viabilizando a atuação conjunta em todas as formas de exclusão sofridas pela população mais pobre do Estado.

Estrutura do MOVA-ACRE

As pessoas que freqüentam o MOVA-Acre são mobilizadas por uma organização comunitária que já atua no meio delas e são recebidas por um educador voluntário que reside na mesma localidade e conhece bem suas dificuldades. As salas de aula geralmente funcionam em barracão, sede da associação rural ou uma igreja.

O educador do MOVA não é um funcionário do Governo e nem um profissional do ensino. Ele se alimenta do desejo de ajudar seus companheiros, numa relação movida pelo amor ao próximo. É assim que o MOVA envolve milhares de pessoas em todos os municípios do Acre, centenas de entidades comunitárias, parceiros públicos e privados, instituições locais e nacionais.

Formação político-pedagógica

Os educadores do MOVA-Acre, em sua maioria, têm a formação em magistério mas não possui experiência e acha difícil ensinar sem uma cartilha na mão. Ao final, a convicção e o compromisso com que falam de seus alunos revelam uma identidade familiar com o grupo, uma relação que não termina no final das aulas

A coordenação do MOVA não acredita que somente a qualificação do professor é suficiente para ensinar com qualidade, é preciso uma identificação do educador com o universo do aluno, numa relação medida pelo amor, pela solidariedade e pelo compromisso fraterno de melhorar sua qualidade de vida.

CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

O modelo pedagógico do MOVA não se distingue dos outros MOVAs do Brasil, nem de outros programas baseados na proposta de Paulo Freire. A

diferença do MOVA-Acre está na forma e no jeito de fazer que resultou na articulação de setores públicos, civis e privados em torno de um mesmo objetivo, superando diferenças de ordem políticas e ideológicas.

O significado do termo “alfabetizar” na proposta do MOVA adquire um sentido bem distinto daquele atribuído pelas ciências pedagógicas. Envolve não apenas as definições relativas ao domínio das habilidades da leitura e da escrita ou uma relação entre educadores e educandos, entre alunos e conhecimentos mas também desperta sentimentos e atitudes que a escola que conhecemos talvez jamais seja capaz de formar.

A proposta do MOVA é romper com a idéia de campanha e apresentar a concepção de movimento de alfabetização, ou ainda, ser um programa continuado, que se faz presente em várias, cidades do centro-sul.

É imprescindível articular o movimento, implantando turmas nas diversas comunidades, facilitando o acesso, não só no sentido de proximidade, mas especialmente a criação de outras estratégias para buscar as pessoas de maior idade que têm vergonha de, num primeiro momento, entrar (ou voltar) em uma escola.

Localizar essas pessoas que não lêem e/ou não escrevem é extremamente complicado porque elas têm introjetado uma culpa individual, uma baixíssima auto-estima pelo fato de serem “analfabetas”, e ainda há a questão de mantê-las na sala de aula; por vários motivos desistem de freqüentar as aulas, daí o educador precisar tornar o ambiente acolhedor.

Para tanto, durante o programa, faz-se junto com os professores populares a re-elaboração do projeto pedagógico, com avaliação, debate de idéias e revisão da nossa prática.

A metodologia também é construída pelo professor, a cada dia, tendo em vista as demandas e características dos educandos, o contexto de cada espaço, de cada turma, mas é interessante ter como eixo norteador os dois sentidos da alfabetização e estes são trabalhados dialeticamente no MOVA: O sentido restrito está vinculado à aquisição “pura e simples” do código alfabético; o sentido amplo está vinculado ao que chamamos de “(...) a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. (Paulo Freire). Nesse caso os homens e as mulheres que não lêem ou não escrevem não são considerados

analfabetos, mas como alfabetizando, pois estes são sujeitos no e do processo de alfabetização.

Então, a idéia de construção coletiva do conhecimento e o diálogo são vitais na relação professor-aluno, logo apresentamos aqui alguns itens para análise metodológica:

Conhecimento – não é propriedade do educador, pois ocorre num contexto social e cultural, assim passa a ter significado para o alfabetizando.

É baseado na compreensão, é sólido, é sustentado não apenas pelas informações dos livros, dos jornais, revistas, professor, mas também pela experiência do próprio aluno, permeados por fatores econômicos, políticos e psicológicos. Se estiver presente uma concepção de conhecimento baseada na educação bancária ocorrerá somente a transmissão e memorização de conteúdos. E mais, não basta apenas saber que a aprendizagem se dá por construção e interação. O educador passa também a ser investigador, daí ele consegue selecionar, dosar e propor.

Atividades Didáticas – dinâmicas, palestras, vivências de grupo, projetos, aulas participativas, discussões, debates, depoimentos apresentações artísticas, jogos, filmes, confecção de material e principalmente produções de texto individual e coletivo.

Avaliação – Como o alfabetizando é o ponto de partida de toda aprendizagem, a avaliação é constante, diagnóstica, qualitativa. Todo processo ensino- aprendizagem do aluno é avaliado no dia-a-dia. A avaliação de caráter diagnóstico não se refere apenas ao momento inicial mas é indicada sempre, pois é necessário localizar os alunos em termos de progressos e dificuldades, visando o melhor aproveitamento, sendo que o aluno também avalia a ele mesmo (auto avaliação), o professor e o programa.

Temas geradores – Educar é dar-se, é compreender e para atingir este objetivo é interessante problematizar as condições de vida dos alunos e planejar baseado em temas geradores.

Planejamento – Ao planejar uma atividade, as perguntas que se deve ter em mente são:

Para quem se planeja? o alfabetizando; isto significa levar em conta o aluno real, com aquilo que ele já sabe ou ainda não sabe.

O que ensinar ? isto remete ao conteúdo, que se vai selecionar, traçando os objetivos que se vai atingir.

Em seguida estabeleça o como se vai proceder para que o aluno supere o patamar em que está para chegar onde quer, isto é, a metodologia. Aqui prevemos as atividades e como desenvolvê-las: proponha problematizações, formulação de hipóteses.

Registros – É importante que o professor redija registros (vide anexo...) para colocar os avanços e as dificuldades dos seus alunos e as suas também para serem discutidas com os supervisores, sendo analisados, podem ser transformados em ponto norteador para o seu próximo planejamento.

Produção de textos – outro fator decisivo para a construção da escrita e da leitura é a utilização da “caixa de leitura”, pois nela vão estar livros, revistas, jornais, cartazes, folders, avisos, rótulos, bilhetes, cartas, bulas, (podem ser usados) que oportunizará ao alfabetizando o contato direto com a possibilidade de ler. Trabalhar com esses textos e com os produzidos pelos próprios alunos individual ou coletivamente é um ponto crucial, pois nele estão contidas experiências vivenciadas pelos membros do grupo. É imprescindível a montagem de um banco ou caixa de sucatas para desenvolver várias atividades psicopedagógicas com um custo muito baixo uma vez que presta a qualquer tipo de atividade, e ainda se trabalha a reciclagem de material.

Aceitar sempre as contribuições dos alunos como dinâmicas, contação de causos, brincadeiras, com a responsabilidade material, pelos eventos para que eles se sintam parte central do MOVA.

Avaliação

O objetivo da avaliação não é medir conhecimentos e sim ter como identificar progressos que os alunos realizaram bem como os aspectos que necessitam ser melhorados através das atividades que se vai propor. Para isto precisa aparecer no planejamento os momentos em que se vai propor atividades para toda a turma (momentos coletivos) e momentos em que se desenvolverá atividades diversificadas (atendendo diversos grupos).

2. PROJETO AJA – EDUCAÇÃO FAZENDO A SUA PARTE - GOIÂNIA

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

O Projeto AJA – Alfabetização de Jovens e Adultos, a partir de 2001, já conta com, aproximadamente, 70 parceiros que dividem com a SME a responsabilidade sobre 124 novas turmas de alfabetização. Almejamos ampliar ainda mais esta parceria, contando com outros órgãos e instituições, sendo possível a atribuição de várias tarefas entre estes parceiros, como por exemplo:

1) Universidades (Universidade Federal de Goiás, Universidade Estadual de Goiás e Universidade Católica de Goiás), através de assessoria pedagógica aos grupos de educadores populares e coordenadores que atuarão no Projeto AJA nesta expansão; 2) Instituições religiosas: todas as comunidades religiosas que possuam espaço disponível e grupos de fiéis com interesse em participar enquanto educadores e/ou educandos; 3) Empresários de Goiânia (Federação da Indústria do Estado de Goiás/SENAI/SENAC/SESI/SENAR e Associação Comercial e Industrial de Goiás – ACIEG): que possuam, ou não entre seus funcionários, pessoas que necessitem de escolarização, podendo auxiliar o projeto com recurso financeiro, material didático, espaço para funcionamento das turmas na empresa, bem como a liberação do funcionário/aluno, em seu horário de trabalho, de metade da carga horária prevista para o funcionamento das aulas; 4) Sindicatos e Organizações Não Governamentais: disponibilizando espaço físico, apresentando demanda de alunos e de educadores, contribuindo financeiramente ou com material; 5) Secretarias Municipais da Cultura, Ação Comunitária, Meio Ambiente e outros órgãos da administração municipal: apresentando demanda de alunos e de educadores, contribuindo para promoção e suporte de atividades culturais e de lazer.

A implantação do Projeto AJA-Expansão está sob a coordenação do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, através da Divisão de Ensino Fundamental Noturno. Esta ação do projeto não se encontra isolada no contexto das demais ações em EJA desta divisão, ao contrário, vem

somar esforços na construção e na busca de um Programa de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos, respeitando as diferenças próprias dos grupos de alunos a serem atendidos, manter uma unidade no intuito de garantir acesso e continuidade a estes na escolarização básica. A rede da EJA, hoje, atende, além das 124 classes de expansão, com 2000 alunos, 152 turmas de AJA correspondente a 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, com 4000 alunos e mais 17.000 alunos em classes de 1ª a 8ª série do Ensino Noturno.

O que estamos procurando construir é uma consciência, entre os professores da rede, mas também, entre as lideranças do movimento social em nossa cidade, da necessidade da Educação de Jovens e Adultos, enquanto elemento potencial de conscientização e conquista cidadã. Para tanto, estamos reservando espaço de formação continuada de professores para todos os que trabalham na EJA, onde buscamos confrontar os conflitos existentes entre a experiência da educação popular, que vem sendo materializada pelo Projeto AJA-Expansão, e as diferentes experiências da EJA já vivenciadas pelo município; as equipes que coordenam as experiências em EJA trabalham num coletivo na Divisão de Ensino Fundamental Noturno, onde se busca discutir os encaminhamentos, planejar as ações e garantir que o Programa da EJA seja de fato construído com a participação de todos; finalmente, é uma opção da gestão a construção da proposta curricular para EJA a partir destes momentos de reunião semanal.

Ainda nesta relação da experiência da EJA, dentro do contexto da rede municipal de ensino, salientamos que é uma opção desta gestão buscar garantir as verbas necessárias para a ampliação da EJA. Neste sentido, embora haja um grande desafio na incorporação de toda a Educação Infantil, que antes era de responsabilidade do governo estadual, e que passará toda para o município a partir de 2002, ainda assim, estamos discutindo, junto ao Conselho Municipal de Educação a ampliação das nossas turmas da EJA, contando, todavia, com o recurso do FUNDEF para o pagamento dos professores.

Estrutura do projeto AJA EXPANSÃO

Mobilização: As turmas do Projeto AJA são constituídas com o número máximo de 25 alunos. Neste processo de ampliação, já existe uma demanda localizada em alguns órgãos públicos municipais. A Secretaria Municipal de Educação de Goiânia conta com a mobilização dos parceiros para a formalização de novas demandas em órgãos, empresas e comunidade em geral, para mapear a constituição de 200 novas turmas que terão início em agosto de 2001.

Local: escolas da rede municipal e estadual, sede de órgãos públicos, espaços comunitários em igrejas, empresas e sindicatos. A SME realizará o cadastramento e avaliação dos espaços e equipamentos públicos e privados colocados à disposição do Projeto AJA.

Alunos: demanda de adolescentes, jovens e adultos existente em órgãos públicos, empresas, movimentos e comunidades do município de Goiânia, sem nenhuma escolaridade ou em processo inicial de escolarização.

Estrutura Pedagógica: os professores que já atuam no Projeto AJA são do próprio quadro da rede municipal, com formação em nível superior, curso de pedagogia. Para esta expansão optou-se por trabalhar com educadores populares, que atuarão como motivadores neste processo inicial de escolarização e serão indicados pelos parceiros, juntamente com a demanda comprovada de, no máximo, 25 alunos para cada turma. Os educadores populares cumprirão jornada de 12 horas semanais e serão, preferencialmente, graduados e graduandos em Pedagogia ou outro curso de licenciatura; pessoas que possuam comprovada experiência na Educação de Jovens e Adultos; ou professores com formação mínima em magistério.

Coordenadores: para cada grupo de dez educadores populares, a Divisão do Ensino Fundamental Noturno da SME indicará entre eles um coordenador, que fará ao todo 20 horas semanais de trabalho. Cada coordenador assumirá uma turma e acompanhará a formação continuada em outras nove.

Carga-Horária: o Projeto AJA, nestas turmas de expansão, segundo semestre de 2001, perfará um total de 180 horas (13/08 a 17/12), 10 horas semanais para o aluno (4 dias de 2 horas e 30 minutos) e 12 horas semanais

para o educador popular, sendo destas, 2 horas para estudo e planejamento semanal e avaliação.

Avaliação: processo contínuo realizado entre professores, coordenadores - geral e de grupos - e assessoria, com momento específico de avaliação geral no final de cada semestre.

Formação político –pedagógica

O trabalho do educador popular exige que ele seja um permanente pesquisador, tenha espírito aberto, compromisso social com o grupo com o qual atua e construa sua prática de modo crítico, autônomo e reflexivo. Isso demanda encontros de planejamento, discussão, estudo e aprofundamento teórico constante, pois educar exige contínua renovação.

Assim, os educadores populares e coordenadores têm um encontro de formação inicial de 20 horas nas duas primeiras semanas que antecedem a abertura dos novos grupos, e encontros semanais de avaliação, estudos e planejamento, em duas horas de formação continuada, assessorados por professores das universidades parceiras, pelas coordenadoras de grupo e/ou da SME.

Este encontro de formação introdutório tem sido um momento de sensibilização para o trabalho voltado à EJA, o estudo da história dessa modalidade no Brasil, em Goiás e em Goiânia; quem são os educadores/educadoras populares e os alunos/alunas da EAJA; a necessidade do educador estar preocupado em planejar suas aulas, considerando a identidade do educando e da educanda com os quais atuará e a realidade em que estão inseridos. Além disso, esse encontro de formação inicial visa trazer informações sobre o funcionamento do Projeto, a estrutura, carga horária de trabalho – dando ênfase à participação no encontro semanal para planejamento coletivo, estudos, avaliação, bem como trocas de experiências, perfazendo duas horas, enquanto parte da carga horária de trabalho destes educadores e sendo um dos momentos de formação continuada, os princípios e fundamentos teórico-metodológicos do Projeto, os quais serão objeto de aprofundamento e reflexão nos encontros semanais.

A formação continuada empreendida semanalmente, parte do pressuposto da necessidade dos educadores populares refletirem criticamente

sobre sua atuação, envolvendo, nesse processo, educadores, coordenadores e professores das universidades parceiras que se encontram para orientação, discussão, planejamento e avaliação dos trabalhos realizados na sala de aula. Encontros estes em que acontecem trocas de experiências e reflexões teórico-práticas, à luz de estudos teóricos dos princípios do ato educativo e temas geradores desenvolvidos. As reflexões sobre a prática pedagógica, utilizam-se inclusive dos dados presentes nos relatórios diários dos professores.

Conceito de alfabetização

Na proposta do Projeto AJA, um de seus princípios básicos é o de que o conhecimento é concebido como uma construção conjunta dos educadores e educandos, partindo-se do que eles sabem e com a mediação do educador, “possibilitando-lhe a ampliação do conhecimento crítico da realidade, garantindo acesso ao conhecimento mais elaborado” (Paulo Freire). O recurso metodológico para alcance da produção coletiva do conhecimento é a utilização de temas geradores que buscam abordar a realidade pessoal, da situação local e do contexto social, político, cultural e econômico dos educandos.

É na tentativa de ser coerente com esta perspectiva que os educadores populares atuam com temas geradores de forma interdisciplinar. A utilização de “temas geradores”, tem suas raízes nos princípios freirianos, que se constituíram numa referência para EJA a partir do final da década de 50 e início da década de 60, período de intensa mobilização social e implementação de políticas públicas para a EJA.

A opção pelo trabalho com temas geradores decorre de serem eles *assuntos da realidade* concreta, que possam constituir os conteúdos a serem abordados, tomando da realidade as questões a serem problematizadas enquanto assuntos que exigem, tanto do educador quanto do educando, enquanto sujeitos do processo ensino – aprendizagem, estudo, aprofundamento, reflexão a fim de apreenderem os saberes necessários a uma intervenção intencional e deliberada na realidade.

3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – DOURADOS - MS

Estrutura da EJA

Na região centro-oeste tem um contingente de 32,6% de analfabetos e especificamente no município de Dourados, a população de jovens e adultos não alfabetizada, ou pouco escolarizada, perfaz um total de 23. 445 pessoas, ou seja, 15,3% da população douradense (dados do IBGE).

O município de Dourados está localizado ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área territorial de 4.082, 20 km. Possui cerca de 164.674 habitantes, sendo que 90% destes, concentram-se na área urbana. Este município é considerado o segundo do Estado em população e está a uma distância de 120 km da fronteira com o Paraguai e a 221 km da capital, Campo Grande.

O município de Dourados, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), oferece a educação de jovens e adultos a quase uma década. No ano de 1993, com o objetivo de atender os jovens e adultos não ou pouco escolarizados é firmado um convênio com a Secretaria do Estado de Educação para desenvolver o Projeto Tempo de Alfabetizar. Alguns anos mais tarde, em parceria com Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS é desenvolvido o Projeto Tereré.

O convênio com o Estado vigorou até o ano de 1999, no ano de 2000 a SEMED rompe esse convênio e cria seu próprio projeto que regulamenta e normatiza a EJA na primeira fase do ensino fundamental, uma vez que já tem o sistema de ensino organizado na forma de lei, e como tal, possui o seu órgão normatizador em pleno funcionamento, o Conselho Municipal de Educação (COMED).

A SEMED, como poder público e atenta à realidade local, é consciente de que deve viabilizar o acesso e o prosseguimento dos estudos aos jovens e adultos, buscando dar respostas e diminuir o analfabetismo. Para tanto, elabora o Projeto Curso Supletivo para a 1ª fase do ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos.

Ao regulamentarmos esta modalidade temos como objetivos: oportunizar os adolescentes, jovens e adultos a possibilidade de serem alfabetizados ou

continuarem seus estudos; propiciar aos adolescentes, jovens e adultos a oportunidade de ampliar o seu espaço de conquista na sociedade e terem uma qualidade de vida melhor; oferecer os conteúdos mínimos da Base Nacional Comum, proposto na Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos; proporcionar metodologia adequada que contribua para o êxito do aprender.

A EJA conta com 1400 alunos que são atendidos por 45 professores distribuídos estrategicamente em 17 locais. Destes, 15 situam-se na área urbana (associação de bairro, salão paroquial, escolas municipais, clube de mães, lar dos idosos e escolas estaduais) e 2, situam-se na área rural do município. Considerando o número de 756 alunos atendidos no ano de 2000 tivemos um crescimento de 73%.

Para o ano de 2002 o indicativo é de que este número aumente porque já temos pedido de abertura de novas salas para atender os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar em época própria.

Formação político-pedagógica

Em nosso município temos como prática a Ação de Formação Continuada cujos temas a serem trabalhados surgem das dificuldades encontradas no trabalho do professor, detectadas nas visitas mensais efetivadas.

A formação dos professores e coordenadores envolvidos na EJA foi realizada durante os anos de 2000 e 2001 pelo programa Ação de Formação Continuada com 240 horas de duração. Após essa Ação percebemos que os professores avançaram muito na questão metodológica. Por exemplo, hoje já faz parte da rotina de muitas escolas o uso do laboratório de informática a confecção e execução de fantoches, peças teatrais, danças folclóricas, coral, palestras com profissionais de diversas áreas, oficina de jornais, escrita de textos e poesias criadas pelos alunos que foram expostos na escola e publicados nos jornais da cidade,

Conceito de alfabetização

Os jovens e adultos tem muitos conhecimentos os quais devem ser reconhecidas pelo professor, pois, “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, segundo Paulo Freire.

Essas pessoas embora não tenham tido oportunidade de frequentar a escola em idade própria, dominam e conhecem muitas coisas (letramento).

Ao se trabalhar com os adultos temos que ter em mente que a alfabetização deve ser algo construído e não decorado. Os alunos precisam, se apropriar dos conceitos, entender o processo de construção da língua escrita, fazendo uma “ponte” com a língua falada. Eles devem ler e entender o que estão lendo (interpretar).

O ensino deve ser significativo para o aluno, os assuntos tratados devem ser de interesse deles, não podemos trabalhar com assuntos alheios a realidade do aluno.

A alfabetização deve ser trabalhada de forma a instrumentalizar os grupos populares, os quais, poderão transformar a sociedade onde todos são sujeitos do processo histórico, todos são cidadãos.

O professor, nos primeiros dias de aula, busca conhecer seus alunos no que se refere aos aspectos afetivo, social e cognitivo. Em seguida, conhecendo a realidade e os conhecimentos prévios dos educandos, traço em plano de ação que tem como pano de fundo o “ Tema Gerador”. Os temas surgem e se concretizam a partir do diálogo entre o conhecimento dos alunos e o conhecimento científico. Nessa interação, o educador é que transforma a situação de vida dos alunos, em situação problema.

Avaliação

Se dá a partir da observação e dos registros sistemáticos do professor com relação aos trabalhos do aluno. O parecer é descritivo, permitindo ao professor, a verificação individual dos conhecimentos construídos pelos educandos. A partir das dificuldades do aluno, o professor, planeja e elabora sua aula buscando a superação destas dificuldades do processo de aprendizagem, considerando novas ações pedagógicas culturais e de integração social.

4. MAIS – MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL – GRAVATAÍ/RS

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

Em 1999, a Prefeitura de Gravataí, por meio da SMEC, implantou o MAIS, com um caráter mobilizador, reunindo homens e mulheres, jovens e idosos, trabalhadores ou não que ao longo de suas histórias de vida foram fortemente excluídos de seus direitos socioculturais. Este movimento de valorização, respeito e integração social visam despertar nas pessoas o desejo, o gosto e a certeza de que alimentadas pela esperança e fortalecidos pela solidariedade do grupo, é possível realizar um sonho novo que, marcado por lutas e vitórias, lhes garantirão o exercício da cidadania.

Esse projeto é uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Gravataí, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a organização dos sindicatos, a Intersindical.

Ainda no ano de 1999, o projeto foi apresentado às entidades sindicais que compõe a Intersindical de Gravataí (Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Plásticos, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Sindicatos dos Trabalhadores das Tintas e Vernizes, Sindicato dos Trabalhadores do Papel e Papelão, CPERS – Sindicato, Sindicato dos Trabalhadores da Madeira, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha).

Diferente de um programa, o MAIS tem caráter de movimento, implementando formas de organização de homens e mulheres, jovens, adultos e idosos que foram excluídos dos bens sociais e culturais.

Estrutura do MAIS- Gravataí

Os educadores comunitários podem ser indicados pela entidade representativa da comunidade, por uma instância que congregue a organização do bairro, pelas entidades sindicais que firmaram convênio ou, ainda, pela

Coordenação na SMEC, a partir dos seguintes critérios: ter idade mínima de 18 anos e, preferencialmente, 2º grau com formação em Magistério; ser morador de Gravataí; residir próximo ou na comunidade; conhecer a realidade local; participar de alguma atividade comunitária.

Cada educador atende de 10 a 15 educandos e na medida que vão concluindo a alfabetização, novas vagas são abertas. O MAIS tem duração de oito meses com 320 horas/aula, sendo que 256 horas são com os educandos e 64 de formação dos educadores comunitários.² As turmas funcionam em dez regiões diferentes, segundo a divisão da cidade pelo Orçamento Participativo (OP). Com o calendário flexível, construído com a participação dos educandos na definição das condições de funcionamento das mesmas, o MAIS tem turmas nos três turnos, e os alunos podem ingressar a qualquer momento.

As aulas iniciam em abril sendo que o mês de março se destina a formação inicial dos educadores comunitários. O término está previsto para dezembro, com recesso nos meses de janeiro, fevereiro e uma semana em julho, independente do início letivo de cada turma. Ao final de cada ano é realizado com educadores um fórum de avaliação final que nos possibilita redimensionar as atividades para o ano seguinte.

Formação político-pedagógica

Para desenvolver este trabalho, a SMEC implantou uma proposta pedagógica que assegurasse tanto o acesso à leitura e à escrita como os elementos que viabilizassem aos educandos fazer uma leitura crítica da sociedade. A proposta pedagógica do MAIS compreende os seguintes objetivos: 1) transformador: na medida em que se propõe para contribuir para a transformação social, numa construção de uma nova sociedade que atenda aos interesses e anseios das classes populares; 2) popular: os interesses e anseios das classes populares as tornam sujeitos para a concretização do projeto político-pedagógico social; 3) democrático: educar na democracia, sustentando esta prática na participação, no diálogo, na crítica; 4) processual:

² Soma-se, ainda, 30 h do curso de capacitação inicial e 10 horas do Fórum de avaliação final.

as atividades como meio e não como fim, como um processo em constante continuidade; 5) sistemático: em todas as atividades e fases do processo educacional promovendo a investigação e a reflexão-teorização sobre a própria prática; 6) interdisciplinar: romper com a forma tradicional de ensino, apontando para situações significativas integradas nas diferentes áreas.

Buscamos na práxis político-pedagógica freireana a direção para a consecução destes objetivos, levando em consideração a releitura do “método” desde sua primeira elaboração e execução, possibilitando sua ampliação ou recriação conforme experiências de cada turma e seus educadores.

A formação é garantida pela SMEC, a fim de proporcionar aos educadores espaços para repensarem sua prática. Isto é feito a partir de teorias e discussões que visam a busca de uma relação dialógica. Ações problematizadoras e democráticas por parte dos educadores constituem um trabalho complexo e difícil. Nesta proposta, a formação dos educadores do MAIS, em Gravataí, foi construída em parceria com o NUPEE-EJA/PEFJAT³ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e estruturado da seguinte forma: O primeiro curso foi estruturado através de encontros coletivos e regionais com os educadores e educadores e encontros de avaliação entre o grupo da Universidade e representantes da SMEC.

Aconteceram três momentos distintos metodologicamente nos encontros coletivos: O processo da Alfabetização, Oficinas Interdisciplinares, Sistematização das Produções e Avaliação do Curso. Nesses encontros foram abordadas as seguintes temáticas por quatro professores de áreas diferentes, interdisciplinarmente: Concepção de Alfabetização de Adultos, Psicogênese da Escrita, Formas de Linguagem, Ciências, Matemática; Sociedade & Cidadania e Avaliação Emancipatória.

Nas etapas dos encontros regionais os educadores foram agrupados em cinco regiões no município, cujo objetivo foi um acompanhamento in loco do trabalho desenvolvido, buscando um contato mais próximo com as diferentes situações problemáticas enfrentadas pelos mesmos de modo a subsidiá-los mais organicamente, constituindo também momentos de avaliação desse

³ Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação Fundamental de Jovens e Adultos Trabalhadores – PEFJAT

trabalho. Em outras palavras, eram espaços de escuta e fala mais pessoais, particularizados.

Nos encontros com a área de EJA da SMEC foram realizadas avaliações do curso, bem como discutidos alguns aspectos teórico-práticos, visando subsidiar a respectiva política pública na sua dimensão didático-pedagógica.

O segundo curso buscou atender algumas especificidades elencadas pelas educadoras e pelos educadores na forma de oficinas temáticas, tais como: Participação: um processo em construção, Sistema de contagem e operações básicas, Produção textual: critérios avaliativos, Medicações populares, Oficina de criação, Processos competitivos x processos cooperativos, Teatro na escola, Psicogênese na alfabetização de adultos, A Alfabetização de jovens e adultos no Brasil, O currículo em educação de jovens e adultos: interdisciplinar e não linear.

Conceito de alfabetização

O MAIS busca trabalhar a alfabetização como processo de aprendizagem da leitura e da escrita, com ênfase para a conscientização dos papéis dos indivíduos como sujeitos históricos e participantes. Para isso, amplia o campo do conhecimento, fornecendo elementos necessários à educação que possibilitem promover a Integração Social.

Para além da decifração do código lingüístico e da lógica matemática, o MAIS objetiva despertar o sentimento de consciência de grupo, através das relações sociais que se pode estabelecer a partir deste novo horizonte, defendendo interesses comuns e questionando as desigualdades sociais. Buscamos dentro de nossa proposta pedagógica implementar uma metodologia que tem um caráter transformador, popular, democrático, processual, sistemático e interdisciplinar, rompendo a forma tradicional de ensino. Dessa forma possibilitamos aos educandos serem parte integrante do processo de aprendizagem, respeitando o ritmo de cada um. Dessa forma procuramos garantir a recriação de cada cidadão, conforme as experiências de cada turma de educadores. Neste contexto, o papel do educador é o de problematizador, trabalhando com o conhecimento científico e com o conhecimento popular, aprendendo com os educandos na mesma medida em que os ensina.

Avaliação

O registro da avaliação se dá através de parecer descritivo, o que permite a verificação individual dos conhecimentos construídos pelo educando. A superação das dificuldades no processo de ensino aprendizagem ocorre continuamente, pois os educadores procuram elaborar suas aulas e atividades a partir das dificuldades encontradas através de ações pedagógicas e culturais e de integração social.

5. EJA - MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – IPATINGA/MG

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

A Prefeitura, além de garantir vagas para todas as crianças e adolescentes em idade escolar, também encara como prioridade o analfabetismo entre jovens e adultos. Numa sociedade cada vez mais dependente da leitura, da escrita e do conhecimento formal acumulado pela história humana, o analfabeto tende a ser marginalizado e excluído de todos os processos sociais e políticos. Para resgatar a cidadania dessa parcela da população, a prefeitura criou o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA, que atendeu, em 11 anos, mais de 10 mil pessoas.

O MOVA-Ipatinga foi criado em 1º de maio de 1990 com um seminário que teve como destaque a participação da educadora cubana Maria Dolores Ortiz, coordenadora da campanha de alfabetização de Cuba em 1962. As 20 turmas inaugurais do MOVA foram constituídas por 440 alfabetizandos-servidores municipais e as salas de aula foram montadas nos locais de trabalho dos alunos.

Nesse primeiro ano o projeto funcionou em convênio com o SINTSERPI – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ipatinga. Este projeto teve a duração de um ano e terminou em maio de 1991. A partir de maio de 1991, o projeto entrou numa nova fase, atendendo a toda a população analfabeta da cidade, a partir dos 15 anos de idade, por meio de convênio com o Fórum Permanente de Educação e Cultura Popular – FOPEP, constituído por 29

entidades populares. O FOPEP era responsável pelo cadastramento dos analfabetos, indicação dos monitores e cessão de locais, nos bairros, para realização das aulas, com turmas de 30 alunos. A prefeitura capacitava e pagava os profissionais e garantia a orientação pedagógica. Atingindo todos os bairros da cidade, o MOVA ensinava o equivalente aos conteúdos das 1ª e 2ª séries do ensino fundamental e, a maior parte dos alunos, prosseguia os estudos no ensino regular de suplência.

O MOVA- Comunidade conseguiu cumprir um dos maiores objetivos do projeto: integrar e fortalecer o movimento popular no município, por meio do FOPEP. O projeto iniciou, em 1991, com 904 alunos e duração de 8 meses com 10 horas semanais de aula. Mas esse número foi ampliado para 1709 alunos distribuídos em 72 salas, em 1992. Em 1994 mais 1120 alunos foram inscritos e distribuídos em 43 salas.

Nos locais em que não havia atendimento para os alunos que queriam continuar os estudos, o MOVA passou a assumir a pós-alfabetização.

No ano de 1994, o MOVA ampliou o número de horas de permanência do aluno em sala. A alfabetização passou a trabalhar 2 horas e 30 minutos diárias, perfazendo 12 horas e trinta minutos semanais e a EJA, 3 horas diárias, perfazendo 15 horas semanais em sala de aula. Mesmo tendo ampliado o número de horas diárias avaliou-se que o período de 8 meses era insuficiente para atender às necessidades dos alunos e optou-se por uma ampliação da duração do convênio passando para 12 meses.

Com a extinção do FOPEP, em 1997, os educadores do projeto se organizaram na Associação dos Educadores de Jovens e Adultos – AEJA, que mantiveram o convênio com o município. As entidades populares e sindicais que pretendem filiar-se a AEJA devem atender os seguintes critérios: comprovar um mínimo de organização enquanto grupo; desenvolver ou se propor a desenvolver trabalhos de educação e cultura popular, sem fins lucrativos; desenvolver ou se propor a desenvolver suas ações educativa numa perspectiva político pedagógica progressista; seus representantes na AEJA devem se comprometer a participar do processo de formação permanente junto ao coletivo da Associação

O MOVA, agora funciona em escolas da rede municipal e passou a integrar a primeira parte do ciclo avançado 1, garantindo ao aluno, a continuidade dos estudos no prosseguimento dos ciclos.

Estrutura do MOVA

A estrutura organizacional da AEJA proposta para desenvolver o projeto em conjunto com a Seção de Ensino Não Formal é composta por uma diretoria que é responsável pelas questões políticas e administrativas do programa; por uma gerência da seção de ensino não formal e assessoria pedagógica que são responsáveis pela parte pedagógica do programa; por uma secretária que é responsável pela parte burocrática da entidade, assim como zelar por toda documentação inerente ao mesmo; pelas coordenadoras que são responsáveis por incentivar, orientar, acompanhar sistematicamente e avaliar o trabalho do monitor; por educadores que são responsáveis pelo cadastramento dos alunos e pelas aulas; por especialistas que são responsáveis pela proposta de trabalho a ser desenvolvido de acordo com orientação psicológica; e, finalmente por uma psicopedagoga é responsável por assessorar os pais, professores e coordenadores nas atividades educacionais.

A escolaridade mínima exigida para os educadores é do mínimo o 2º grau mas priorizando o magistério. Para a educação especial é exigido o magistério, com prioridade para Pedagogia e especialização nessa modalidade.

Para conseguir uma integração entre EJA e MOVA e favorecer o atendimento aos alunos para a continuidade dos estudos, muitos debates foram realizados com a direção do ensino regular de suplência. A partir de 1998, a rede municipal adotou mudanças pedagógicas e administrativas profundas, substituindo a seriação pelos ciclos de formação humana, com novos parâmetros curriculares e de avaliação. Esse sistema, batizado de Escola Desafio, alterou também o ensino noturno, que ficou organizado em dois Ciclos Avançados abrangendo o ensino fundamental, ficando o MOVA responsável pela primeira parte do ciclo.

Formação político-pedagógica

Um dos objetivos do MOVA é proporcionar a todos os educadores envolvidos no projeto de alfabetização de jovens e adultos, formação permanente que sirva como suporte teórico e prático que conduza paulatinamente à construção coletiva e comprometida de um projeto político-pedagógico centrado na formação global do ser humano.

As reuniões das coordenações são semanais e mensalmente realiza-se um encontro com os professores do ciclo avançado I com o objetivo de buscar embasamento teórico, refletir sobre a prática e socializar experiências. Os professores do projeto participam ainda dos cursos de formação permanente oferecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Conceito de alfabetização

A concepção de aprendizagem e de currículo passa pela compreensão de que se aprende de forma interdisciplinar, pois se constrói conhecimento a partir da relação com o outro e com o objetivo a ser conhecido. O processo de ensino aprendizagem parte do conhecimento dos alunos, das “experiências feitas”, e problematiza o conhecimento acumulado pela humanidade, não assimilando, mas recriando-o e reelaborando-o. O currículo é crítico, democrático e transformador e representador da consciência reflexiva sobre o desvelamento da realidade. Os dois grandes aportes teóricos que sustentam a ação do MOVA são Educação Popular e o construtivismo interacionista.

A estratégia pedagógica escolhida foi o trabalho com projetos, de forma interdisciplinar, e que tem se mostrado eficaz, a medida que esse processo favorece a construção da autonomia crítica e da auto disciplina, tornando o sujeito ativo, na medida em que ele tem necessidade de pesquisar as mais diversas fontes de informações, analisar, formular hipóteses, calcular, concluir e agir. Também interfere nas relações sociais, fazendo o aluno lidar com as diferenças culturais, étnicas, de gênero e classe, através da convivência e do diálogo e, ao mesmo tempo, recuperando manifestações socioculturais e afetivas.

Os conteúdos curriculares tornam-se meios de construção de conhecimento próprio e não fins a serem atingidos e impostos de modo autoritário. No MOVA, o conhecimento acumulado pela humanidade (formal) é

recriado ou reelaborado no processo pedagógico a partir das experiências e reflexões dos alunos. Trata-se do resgate do saber popular na busca do acadêmico.

Avaliação

Acreditamos que o aluno percorre um longo caminho na construção do conhecimento, criando e recriando hipóteses sobre a leitura e a escrita. Também entendemos, que o processo de aprendizagem não obedece a um calendário preestabelecido, pois, cada alfabetizando tem um tempo, e este tempo deve ser respeitado. Sendo assim, o processo avaliado não se resume a testes que mensurem e classifiquem o conhecimento.

Este mesmo processo deverá possibilitar a criação de uma “biografia” sobre a aprendizagem do aluno. Tem que ser um processo contínuo, dinâmico e muitas vezes informal. Avaliar é muito mais que um estabelecimento de conclusões definitivas. Avaliar por sua natureza cíclica, segue um processo de observação e constante reformulação de juízos sobre a compreensão dos alunos. Deve ser fonte de juízos evolutivos por natureza.

É por isso que nosso processo de avaliação é pautado pelos princípios políticos que caracterizam nossos trabalhos na: construção plena da cidadania; na transformação da realidade e na construção da autonomia moral. Sendo assim, situamos a avaliação no contexto da educação popular, do construtivismo interacionista e na interdisciplinaridade das áreas de conhecimento. Compreendemos a avaliação com três funções no processo educativo: função diagnóstica, prognóstica e investigativa. Funções estas que devem propiciar o rendimento da ação pedagógica e educativa, reorganizando as próximas ações do educando, da turma, dos educadores e mesmo da escola, no sentido de avançar, no entendimento e desenvolvimento do processo aprendizagem.

6. ESCOLA SEM FRONTEIRAS – BLUMENAU - SC

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

O Governo Popular, através da Secretaria Municipal de Educação, busca dentro da proposta da Escola Sem Fronteiras, resgatar os jovens e adultos não ou pouco escolarizados através da “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo aos que forem trabalhadores, as condições de acesso, permanência e sucesso na escola.” (Do Direito à Educação e do Dever de Educar. Dez/98), bem como, o direito de sujeitos sociais e culturais respeitando a pluralidade das dimensões humanas.

Portanto torna-se necessário uma nova proposta de educação que pautar-se em ações que busquem uma maior motivação por parte de educadores (as) e educandos (as), buscando diminuir o elevado índice de fracasso e evasão escolar.

Para desenvolver o programa da Escola Sem Fronteiras, a Secretaria Municipal de Educação implementou três programas de Educação de Jovens e Adultos que são:

O MAC – Movimento de Alfabetização e Cidadania – propicia condições de aprendizagem para aqueles que não tiveram oportunidade, tendo atendimento pedagógico dentro de sua comunidade, com 10 pólos atualmente instituídos nesta cidade em diversos bairros caracterizando uma educação verdadeiramente popular. Entendemos como educação popular a concepção de educação onde cria-se outra organização no espaço e tempo escolar, atendendo as reais necessidades do educando/a trabalhador, respeitando a sua caminhada individual, seu tempo, sua especificidade na apropriação do conhecimento.

Para a formação dos pólos de alfabetização contamos com parcerias de: associação de moradores, igrejas, sindicatos, autarquias, escolas estaduais, municipais, comunidade, casas de particulares e outros locais onde situam-se os grupos de alfabetização.

As parcerias dão-se de maneira informal, ou seja, a comunidade cede o espaço e o poder público municipal cede profissional e a formação continuada deste, bem como, merenda e material.

A Escola Municipal de Ensino Supletivo, atualmente com 21 pólos distribuídos no município continua seu atendimento buscando não mais recuperar um tempo perdido, mas como um direito. Hoje, este atendimento está voltado para a superação da opressão, tendo o educando/a como sujeito do processo, buscando relações mais igualitárias e principalmente um sujeito crítico a ordem social vigente. Os grupos populares organizam-se ou são organizados por seus líderes comunitários, buscando uma maior participação na sociedade a qual vivem.

O Ensino Noturno, que abrange de 5^a a 8^a série em 10 escolas deste município busca uma concepção de direito de cidadania para a educação destes jovens e adultos. Direito este que é construído com educadores/as e educandos/as dentro de uma lógica de participação do processo de aprendizagem. Vários momentos de reflexão e discussão neste sentido, modifica-se em 1999, a proposta pedagógica rompendo com a estrutura então vigente que não dava conta de garantir o acesso, a permanência e o sucesso destes jovens e adultos. Como conseqüência destas reflexões e discussão coletiva, surge o Projeto Escola Semestral, na modalidade Supletivo com Avaliação no Processo.

Pensando em não fragmentar as três modalidades da Política de Educação de Jovens e Adultos, a Escola Sem Fronteiras busca compreender este educando/a como trabalhador, respeitando sua riqueza e complexidade, partindo de sua individualidade complementando-as no grupo, buscando todas as possibilidades para a construção de seu conhecimento. Propõe propiciar aos jovens e adultos das séries iniciais (alfabetização) do Ensino Fundamental o acesso, a permanência e o sucesso, permitindo uma educação com qualidade, como instrumento que facilite e estimule o engajamento ativo e as expressões dos cidadãos na sociedade onde vivem.

Estrutura dos programas

No MAC – Movimento de Alfabetização e Cidadania – as turmas estarão organizadas em um único ciclo que abrange a alfabetização dentro de um processo de ampliação da cidadania. Não estão organizados por série, pois isto significa engessá-los em uma ordem hierarquizada e seqüencial de conteúdos.

Na Escola Municipal de Ensino Supletivo – Os (as) educandos (as) estão organizados em um único ciclo, não fragmentados em séries, onde a construção do conhecimento dar-se-á interdisciplinarmente, contextualizada, envolvendo linguagem, artes, matemática, ciências, estudos sociais. A construção do conhecimento é pautada pelas ações pedagógicas que tem como ponto de partida o perfil de cada grupo buscando suas necessidades, interesses, possibilidades, habilidades, bem como as dimensões que fazem parte da condição humana estabelecendo um diálogo com o conhecimento escolarizado.

A organização dos grupos/turmas dá-se da seguinte forma:

Escola Municipal de Ensino Supletivo: as turmas são organizadas em instituições escolares, associações de moradores, galpões de igrejas, empresas... Os (as) educandos são atendidos nos três períodos (matutino, vespertino, noturno) com três horas e meia diárias.

MAC – Movimento de Alfabetização e Cidadania: as turmas são organizadas em locais de difícil acesso para os (as) educandos (as), bem como em associações de moradores, galpões de igrejas, casas particulares... Os (as) educandos (as) são atendidos nos três períodos (matutino, vespertino, noturno) a carga horária diária de acordo com as necessidades e possibilidades do local e do grupo.

DIA DE ESTUDO: Tanto o MAC quanto a Escola Municipal de Ensino Supletivo, tem um dia de estudo por semana. Estes espaços são organizados de forma a atender: planejamento pedagógico semanal, de forma coletiva, interdisciplinar; elaboração de material didático-pedagógico, necessário à viabilização do planejamento; avaliação contínua e reconstrução das ações pedagógicas a partir da reflexão feita pelo coletivo; estudo teórico para viabilizar a prática nas ações.

PÚBLICO: MAC – Movimento de Alfabetização e Cidadania: educando (as) a partir de 14 anos completos para ingresso no período noturno e 12 anos para ingresso no período diurno que não possuem construídos o processo de alfabetização ou encontram-se no início do processo.

Escola Municipal de Ensino Supletivo: educandos (as) com 14 anos completos para ingresso no período noturno e 12 anos para ingresso no período diurno, que possuem construído o processo de alfabetização e/ou vindos do MAC.

PROFISSIONAIS: MAC – Movimento de Alfabetização e Cidadania: líderes comunitários com licenciatura ou não. Escola Municipal de Ensino Supletivo: educadores (as) habilitados no mínimo com o curso de magistério.

A Tarefa à Distância será oferecida diariamente, numa carga horária de 30 minutos durante quatro dias letivos semanais e em tempo integral no quinto dia letivo semanal, totalizando 06 horas semanais, o que corresponde a 30% da carga horária semanal do curso.

Formação político pedagógica

A formação continuada é o alicerce da proposta que garante as reflexões acerca destes/as jovens e adultos e baseia-se em temas como: Linguagem e Função Social; Metodologia de Alfabetização; Classes Sociais e Aprendizagem; Aspectos Metodológico do Ensino da Matemática; Sexualidade: O Ser Humano Integral; A Ciência como Suporte Metodológico; Saber Especializado e Saber Popular; Relações Humanas; Expressão Corporal; Expressão Artística e Relacionamento.

Buscando avançar na formação continuada, realizamos uma pesquisa junto aos educadores/as da Educação de Jovens e Adultos onde foi solicitado que a partir da análise da realidade vivida nas escolas/pólos, elencassem os principais temas que necessitam ser tratados num processo educativo continuado.

Os temas levantados nesse processo de análise e de debate foram: auto-estima; interdisciplinaridade; ética profissional; reorganização do currículo; encontros por área; avaliação; língua portuguesa (leitura e produção de textos); jogos matemáticos no cotidiano; áreas específicas; jogos cooperativos;

dinâmicas de grupo; reorganização de turmas; projetos; como trabalhar com o livro didático; alfabetização; educação popular; planejamento na prática; dificuldades de aprendizagem; análise de conjuntura da realidade social cotidiana.

Este programa de formação foi organizado em três grandes blocos, a saber: A Educação de Jovens e Adultos e os desafios da conjuntura atual: educação popular e relações humanas; A concepção pedagógica crítica e transformadora do processo de ensino-aprendizagem da Educação Jovens e Adultos; A teoria e a prática metodológica do processo de ensino aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos.

Entendemos a formação continuada como um processo de reflexão, debate, teoria e prática simultaneamente, num ato contínuo de ida e volta. É um processo contínuo, permanente e demorado, mas acreditamos ser um caminho muito concreto para a transformação da prática pedagógica.

Conceito de alfabetização

O trabalho se desenvolve numa perspectiva sócio-histórico-cultural, pois acreditamos que o ser humano aprende e apreende a partir do que já conhece na interação com o outro. O referencial teórico estará voltado para autores que trazem sua fundamental contribuição.

A educação de jovens e adultos de Blumenau busca no perfil de cada grupo (suas necessidades, interesses, possibilidades, anseios, frustrações, sonhos, habilidades), os caminhos a serem trilhados que contribuirão para a contextualização do conhecimento.

A construção do conhecimento com estes educandos está calcada no diálogo, saberes e vivências da idade jovem e adulta. Os projetos de trabalho serão pontuais para a construção do conhecimento com estes educandos, partindo do perfil para buscar suas necessidades, possibilidades, interesses, habilidades contextualizando-os para a ampliação da cidadania.

No processo ensino aprendizagem, a linguagem e suas representações serão os campos do conhecimento construídos pelos educandos o que corresponde a alfabetização, artes e raciocínio matemático, dentro de uma contextualização real e concreta, buscando através das realidades sociais

vividas a construção da leitura, escrita e raciocínio matemático as várias possibilidades de transformação da realidade vivida.

O processo ensino aprendizagem será informal, onde os (as) educandos (as) desenvolvem suas habilidades, possibilidades, interesses, enriquecendo seu conhecimento para a satisfação de suas necessidades numa sociedade multicultural.

Avaliação

Entendemos que avaliar é perceber as dificuldades do processo para repensá-lo se necessário. A avaliação é permanente e envolve todos os sujeitos do processo de construção do conhecimento. Não concebemos a avaliação como classificatória e sim um dos instrumentos para a contínua reflexão.

Caracteriza-se como: processual, participativa, investigativa e redimensionadora da prática pedagógica. Entendendo estas características da seguinte forma: processual – ocorre durante todo o processo de desenvolvimento da aprendizagem, garantindo o movimento de ação-reflexão-ação; participativa – a avaliação busca a co-responsabilidade, co-autoria e co-participação de todos os envolvidos no processo educativo através de momentos de auto-avaliação e avaliação; investigativa – os grupos com os quais trabalhamos são diversos e heterogêneos, portanto, as necessidades e possibilidades que cada sujeito apresenta na construção do conhecimento variam de acordo com a história de cada um e com o valor das interações que realizam, o que evidencia a necessidade do educando ser entendido como parâmetro de si mesmo; redimensionadora da prática pedagógica – a avaliação constante da prática pedagógica contribui para o repensar das ações a serem desenvolvidas com cada turma. Levando-se em consideração a coerência do que está sendo proposto com o desenvolvimento da aprendizagem próprio dos jovens e adultos.

Portanto, a avaliação proposta pela Escola Sem Fronteiras defende o respeito aos diferentes interesses, tempos e ritmos próprios de cada sujeito e o desenvolvimento pleno em todas as suas dimensões.

7. MOVA – POA

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

A partir de 1997, a Secretaria Municipal de Educação criou o MOVA-POA - Movimento de Alfabetização de Porto Alegre Que., em conjunto com entidades da sociedade civil organizada, busca a inclusão no universo da leitura e da escrita, assim como o acesso aos bens culturais, a todos aqueles que tiveram estes direitos negados.

O MOVA-POA, inspirado na proposta de Paulo Freire tem como pressuposto o respeito aos movimentos populares e o compromisso do poder público com a educação entendida como direito.

Constitui-se num movimento que emerge das comunidades através das entidades da sociedade civil organizada. Esta parceria do poder público com as entidades garante a implementação de políticas mais amplas de educação de jovens e adultos (alfabetização, escolarização, trabalho e geração de renda, políticas culturais) que vão se enraizando na sociedade na perspectiva da cidade educadora.

O sentido do trabalho em parcerias é efetivado através de ações que possibilitam um processo educativo na constituição das políticas públicas da EJA que incida na nossa compreensão de educação pública, pois ao possibilitar o estabelecimento de alianças entre instituições e a sociedade civil organizada, alimenta interlocuções que qualificam a participação dos cidadãos nas políticas da EJA para Porto Alegre, forjando redes que incluem além da voz dos professores e funcionários do Estado, outros atores como protagonistas destas políticas. Estas ações fazem parte de um contexto de debate, na cidade de Porto Alegre sobre os novos sentidos da esfera pública. Em relação à educação, ações fragmentadas, que enclausuraram a escolarização, separando-a da vida dos atores envolvidos, tem se mostrado limitadas. Por isso, ações através de parcerias aproximam-se de uma rede de espaços em que a escolarização para jovens e adultos está em interação com a vida, consolidando o processo da educação em permanência, articulando ações que envolvam questões culturais, qualificação para o trabalho, pesquisa e grupos de estudos.

Os compromissos da sociedade civil se concretizam no MOVA pela mobilização para a constituição de turmas, pela disponibilidade dos espaços físicos e pela indicação de educadores populares e agentes comunitários de alfabetização.

Esses educadores, sujeitos do processo educativo, efetivam a proposta pedagógica, articulam redes de relações com diferentes organizações sociais, secretarias de governo e instituições, promovendo a interação entre esses organismos.

Temos o MOVA como um movimento crescente de inclusão, abarcando diferentes projetos culturais como o MOVA-BRAILLE que atende pessoas interessadas na aprendizagem do Sistema Braille ou o MOVA – sensibilização para as diferenças, que atua com diferentes segmentos de trabalhadores tratando das políticas para as diferenças.

Em torno de 500 turmas de MOVA já foram organizadas nos diferentes bairros da cidade, através de entidades comunitárias, instituições, órgãos públicos, ONGs, etc. Conforme Anuário Estatístico de 1999, em 1997 foram 2340 alunos, em 1998, 2780, em 1999 foram 2120 e no ano 2000 totalizaram 1693 alunos. Neste ano de 2001 já são mais de 800 alunos freqüentando as turmas. Atualmente estamos com 130 turmas espalhadas por todas as regiões da cidade.

Atingimos centenas de educadores populares através da nossa política de formação. São centenas de novas lideranças comunitárias forjadas a partir da inserção e intervenção político-pedagógica dos agentes comunitários de alfabetização nas comunidades, na relação com os representantes de entidades comunitárias, conselheiros do Orçamento Participativo, coordenadores de Centros Administrativos Regionais e outras instâncias.

Estrutura do mova

Projeto MOVA-BRAILLE – É um convênio da Associação de Cegos do Estado do Rio Grande do Sul (ACERGS) com o MOVA/SMED e parceria com o Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores (CMET).

O projeto Mova-Braille atende as pessoas portadoras de deficiência visual bem como pessoas de visão normal que tenham o desejo de aprender o sistema Braille, de adquirir noções de como auxiliar na locomoção de pessoas cegas e noções das causas e prevenção da cegueira.

O aluno permanecerá nas aulas o tempo necessário para a sua aprendizagem, respeitando o ritmo individual de cada aluno. As aulas são dadas por educadores populares cegos, que fazem o Seminário de Formação Inicial do MOVA e participam das reuniões de formação semanal dos educadores populares que acontecem na SMED com a assessoria pedagógica da EJA. Para a assessoria específica, contamos com uma professora do CMET, que participa semanalmente das reuniões do nível em conjunto com a assessoria pedagógica de EJA, que faz o acompanhamento às turmas do Mova Braille.

Projeto MOVA - sensibilização para as diferenças

É um convênio da Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS) com o MOVA e o Núcleo de Políticas para as diferenças da Secretaria Municipal de Educação (SMED) em parceria, inicialmente com o DMLU com o objetivo de sensibilizar e orientar os funcionários que trabalham na varrição do centro e os que atendem os sanitários públicos quanto às especificidades das pessoas portadoras de deficiência que transitam e utilizam os espaços públicos.

Trabalhamos em parceria com a sociedade civil organizada, em locais cedidos pelas entidades e com educadores indicados pelas mesmas e fundamentadas nos princípios da Educação Popular. Para este trabalho contamos com um importante ator social nesta relação de parceria, que são os agentes comunitários de alfabetização, também oriundos das comunidades onde se localizam as turmas.

Os agentes comunitários são responsáveis pela divulgação do MOVA-POA e por estabelecer a relação entre a Secretaria Municipal de Educação e as entidades da sociedade civil conveniadas.

Cada região da cidade de acordo com a divisão do orçamento participativo tem um agente comunitário, indicado pelo Centro Administrativo Regional (CAR). Atualmente temos 15 agentes comunitários nas 16 regiões do orçamento participativo que, além de cumprirem um papel muito importante no processo de alfabetização, suas atribuições tomaram outra dimensão. Constatamos que os Agentes Comunitários de Alfabetização (ACAs) tornaram-se referência na comunidade na medida em que junto com os educadores contribuem para a formação de novas turmas, visitando as famílias, dialogando com a comunidade e apresentando ao educador, a proposta de alfabetização. Estes fatos promovem uma aproximação com a comunidade e o envolvimento dos ACAs com questões individuais e coletivas.

A articulação entre agente comunitário e entidades conveniadas com o MOVA - POA, tornou-os referência de organização comunitária, agentes políticos, pois a vivência na comunidade, a formação permanente e a participação dos agentes nas instâncias democráticas da região, seja nas associações de moradores, de bairro, união de vilas e até mesmo nos espaços institucionais, centro administrativo regional, conselhos, congressos orçamento participativo, fizeram com que se legitimassem perante a comunidade.

Muitos agentes comunitários contribuem inclusive para a organização de entidades e construção legal das mesmas, auxiliando nas questões relativas a documentação necessária para legalização, reuniões, assembléias e elaboração de estatutos.

Nossa experiência tem mostrado que ao deixarem de ser agentes comunitários de alfabetização, com o acúmulo de vivências comunitárias e a formação político pedagógica oferecida pela SMED, muitos agentes transformam-se em conselheiros do Orçamento Participativo, Coordenador Regional do Orçamento Participativo, assessores comunitários passando a ocupar, com destaque, espaços institucionais..

Nesta gestão 2001/2004 da administração popular em Porto Alegre, temos como objetivo ampliar este movimento implementando políticas mais amplas de educação (alfabetização, escolarização, trabalho e geração de

renda, políticas culturais), para isto esta relação dos agentes comunitários com a comunidade, será de extrema importância.

Para subsidiar esta ação investimos em uma formação inicial específica para os agentes comunitários, onde foi trabalhado: conjuntura atual, convênio MOVA-POA e entidades, educação popular, relação dos movimentos sociais, orçamento participativo, movimento comunitário e instituições, o papel do agente comunitário de alfabetização e os princípios norteadores da educação de jovens e adultos. Também foram apresentados relatos de ex-agentes comunitários o que contribuiu muito para o enriquecimento do seminário.

Os agentes comunitários reúnem-se mensalmente com os educadores e participam das formações na secretaria semanalmente. Todos os agentes comunitários fazem um plantão semanal nos centros Administrativos Regionais (CAR), para dar informações sobre o MOVA-POA à comunidade e receber os educandos.

Os educadores populares são alfabetizadores oriundos das próprias comunidades, indicados pelas diversas entidades que fazem convênios com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Uma das características do perfil do educador popular dentro da proposta político-pedagógica do MOVA é, sobretudo, seu grau de inserção na comunidade onde vive. Acredita-se que, pelo fato de existir um estreito vínculo com a comunidade onde atua, no que se refere a relação de parceria e identidade, o educador popular procura desenvolver uma ação pedagógica que busque não só o entendimento da realidade, mas uma ação transformadora sobre a mesma. O ler e o escrever deverão brotar das experiências e necessidades da realidade atuante.

Formação político-pedagógica

Os espaços de formação são vários: seminários de formação inicial que objetiva envolver educadores e professores com a proposta do SEJA/MOVA; reuniões gerais do SEJA/MOVA que participam todos os professores do SEJA, o apoiador pedagógico da escola, educadores do MOVA e os Agentes Comunitários de Alfabetização, sendo uma instância que envolve o conjunto da EJA da SMED; os seminários regionais que envolvem todos os participantes da EJA/MOVA para problematizar a concepção instrumentalista de formação, que coloca os educadores no lugar de objeto que apenas operacionalizam as

formações planejadas pela SMED; seminários da EJA são parte da formação continuada para professores, educadores e assessores de EJA e buscam qualificar a proposta político-pedagógica, aprofundando as discussões teóricas de educação para jovens e adultos; congressos de EJA - SEJA – MOVA que mobilizam os alunos, professores e educadores em reuniões regionais preparatórias, propiciando trocas entre os educandos das diversas regiões da cidade, onde constroem os temas a serem apresentados pelos alunos no congresso; encontros de alfabetização, espaços políticos-pedagógicos de alfabetização têm por finalidade a resignificação do trabalho nesta área, favorecendo uma reflexão crítica sobre a prática; encontros das áreas de conhecimento têm o objetivo de provocar discussões e produções teóricas dos professores das diferentes áreas de conhecimento, para além das constatações e dificuldades do cotidiano; formação da assessoria de EJA busca complementar a formação para a assessoria da SMED, da qual as assessoras de EJA também participam; reuniões semanais da assessoria de EJA acontecem todas as segundas-feiras para avaliar os trabalhos da semana e as ações desenvolvidas nas diversas instâncias onde funciona a EJA; a formação dos agentes comunitários de alfabetização acontece em vários momentos, um Seminário Inicial onde acontece a discussão e apropriação da proposta político-pedagógica da Educação de Jovens e Adultos da SMED, do seu papel enquanto agente de alfabetização e onde ocorre a troca de experiências com outros agentes e educadores populares. Participam também, de formações semanais com a assessoria pedagógica da EJA na SMED ou em conjunto com educadores do MOVA e professores do SEJA nas regiões; participação nos fóruns da EJA; registros escritos, outro espaço de reflexão dos professores por meio dos relatórios de trabalho. Para este relatório não existe uma forma, mas sugestões que ao longo do tempo foram sendo revistas.

Conceito de alfabetização

Os registros mostram que, desde o início, é marcante a preocupação com a questão didático-pedagógica que atenda a especificidade dos jovens e adultos. Esta preocupação teceu um movimento que envolveu contribuições de diferentes instâncias na constituição da proposta de EJA para a cidade de Porto Alegre. Buscava-se desenvolver um trabalho pedagógico que atendesse

os desafios específicos e as diferenças do público jovem e adulto em relação à educação das crianças.

Neste sentido, a EJA passa pela perspectiva de "aprender por toda a vida" que exige complementaridade e continuidade. É um processo que transcorre toda a vida e que permite aos educandos desenvolverem autonomia com responsabilidade diante das transformações da cultura da cidade. É uma construção da autonomia com base no reconhecimento e valorização das diferenças. Torna-se fundamental redimensionar à EJA para aprofundar reflexões e efetivar ações que problematizem a divisão social do trabalho, que coloca como papel do educador a transmissão de conhecimentos, cabendo ao educando o papel de consumidor deste. Propomos, então, ações que problematizem a fragmentação entre o conhecer e o fazer, colocando os educadores e educandos como sujeitos que ensinam e aprendem coletivamente refletindo sobre suas realidades, de forma que o processo educativo trabalhe enfoques teóricos com base na prática.

Buscamos então, uma educação de jovens e adultos, pública que problematize a concepção filantrópica que interpreta os serviços essenciais como benevolência, para uma educação que opere a partir do princípio do direito e da constituição da cidadania. Compreendendo cidadania como direitos dos jovens e adultos à cidade, à vida urbana, à informação, à expressão, à reflexão, à palavra, à escrita e, finalmente, o direito à autogestão.

8. MOVA - RJ

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

O MOVA/SEE-RJ se estrutura como programa de Governo criado pelo Decreto nº 15.209, em 08.03.1999, com a finalidade de desenvolver projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos em cooperação com entidades da sociedade civil e tem os seguintes objetivos: estimular o exercício da participação popular na gestão pública, através do sistema de parcerias entre o Governo do Estado e setores Organizados de Sociedade civil; valorizar e fortalecer experiências comunitárias já existentes na esfera da suplência;

contribuir para a inclusão de jovens e adultos não alfabetizados no universo escolar.

Os parceiros são: Governo do Estado do Rio de Janeiro; entidades da sociedade civil; Organizações Não Governamentais, sindicatos, cooperativas, instituições religiosas e universidades. As atribuições do Governo do Estado estão relacionadas a infra-estrutura necessária para o funcionamento do programa; as entidades da sociedade civil são responsáveis pela efetivação do programa; as prefeituras podem contribuir com o MOVA em seus municípios, viabilizando espaço físico para as aulas, material didático, merenda ou transporte para educadores/alfabetizandos.

O formato deste Programa nos vem possibilitando constatar que o desenvolvimento deste trabalho em parceria com instituições diversas da sociedade civil, como as Associações de Moradores e Organizações Não Governamentais, tem nos ajudado de forma valiosa na tentativa de articular a leitura da palavra a do mundo (FREIRE), na elaboração de propostas metodológicas mais democráticas e numa relação mais próxima com a sociedade civil, especialmente com os seus setores historicamente excluídos - setores que apesar da marginalização histórica, possuem uma militância cidadã espetacular.

Formação político-pedagógica

As atribuições dos recursos humanos no Programa configuram-se da seguinte forma: a) equipe central: responde pela viabilização dos processos administrativos, financeiros e pedagógicos num plano mais global; b) assessores Pedagógicos: respondem pela capacitação continuada dos Orientadores Pedagógicos; c) orientadores pedagógicos: respondem pela capacitação continuada dos Educadores; d) educadores: respondem pela alfabetização nas comunidades inseridas no Programa.

Adotamos a formação continuada como modalidade de orientação pedagógica. Quinzenalmente os *educadores* se reúnem com o seu *orientador pedagógico*, que, por sua vez, a cada quinze dias participa de encontros pedagógicos com o *assessor pedagógico*. Também a cada duas semanas o *assessor pedagógico* participa de reuniões pedagógicas com a *equipe central*

do *MOVA*. É importante destacar que os orientadores pedagógicos fazem visitas às salas de aula, pelo menos uma vez por mês, para acompanhar de perto o desenvolvimento do trabalho e identificar pontos ou temáticas a serem contemplados nos próximos encontros pedagógicos com os educadores.

Conceito de alfabetização e princípios teóricos- metodológicos do Programa

O Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos do Estado do Rio de Janeiro não é um programa inaugural. Sendo assim, além de incorporar contribuições de outros movimentos, pretende, principalmente, estar ouvindo as experiências das iniciativas de alfabetização popular que vêm se articulando no Estado do Rio de Janeiro. Acreditamos que estas inúmeras iniciativas e as experiências de educadores (as) populares que realizam trabalhos de alfabetização junto às classes trabalhadoras precisam ser ouvidas, dando o tom da proposta pedagógica do programa.

Entendemos que mais que qualquer imposição de uma lógica/proposta construída pela equipe pedagógica, essas experiências revelam conhecimentos, saberes construídos junto ao coletivo de alunos estratégias de trabalho construídas em interação com as propostas dos movimentos sociais, da comunidade, enfim, da realidade e da luta cotidiana onde se inserem estes jovens e adultos das classes populares.

Nosso programa tem um compromisso com uma alfabetização emancipadora - que forme leitores e escritores autônomos, críticos e com condição de interferir e modificar sua realidade - precisamos respeitar tais princípios que são condizentes com nossa proposta.

A equipe pedagógica não pretende impor uma metodologia de alfabetização, como afirmado anteriormente, pois reconhece que há diferentes caminhos para que o processo de alfabetização ocorra, tendo em vista as diferentes demandas e os alunos que vivem este processo. Feitos estes esclarecimentos, apresentamos os princípios teórico-metodológicos para o desenvolvimento do trabalho com jovens e adultos. 1) Primeiro princípio: compromisso com os saberes, conhecimentos, e as Histórias de Vida dos sujeitos envolvidos no processo de alfabetização – os alunos, educadores, comunidade; 2) Segundo princípio: trabalho com o conhecimento em rede ou de forma transversal; 3) Terceiro princípio: alfabetizar com sentido. Este

princípio também se relaciona com o anterior. Ao trabalhar com textos, partindo da realidade e dos interesses dos alunos, estamos possibilitando que se alfabetizem de forma não mecanicista. Aprendem a ler lendo e a escrever escrevendo; 4) Quarto princípio: valorização da heterogeneidade num trabalho interativo.

Avaliação

A proposta pedagógica do MOVA se reconstrói continuamente a partir dos encontros periódicos com os diversos sujeitos integrantes do Programa na formação continuada. Além da avaliação diagnóstica, onde buscamos conhecer o universo dos sujeitos com que trabalhamos – alfabetizando e educadores (ver princípio 1 da metodologia), elegemos a avaliação formativa como a modalidade de avaliação que melhor se adequa às diretrizes do MOVA pois a avaliação em processo possibilita ajustes pontuais e por vezes estratégicos no alcance de resultados eficazes.

9. MOVA- RIO GRANDE DO SUL

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

O Movimento de Alfabetização de pessoas jovens e adultas do Rio Grande do Sul – MOVA-RS, lançado em maio de 1999, é pioneiro enquanto uma ação com caráter estadual, cujos princípios políticos estão voltados à construção de uma prática popular que rompe com a idéia de Campanha, especialmente, ao que diz respeito aos ideais assistencialistas, compensatórios e sem preocupações pedagógicas, que notoriamente caracterizam tal idéia.

O MOVA-RS foi planejado a partir dos indicadores de analfabetismo do Censo de 1991, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo que naquela ocasião o Rio Grande do Sul apresentava um índice em torno de 9%, ou seja, aproximadamente 650 mil pessoas acima dos quinze anos não sabiam ler e escrever.

Estipulamos, então, um percentual mínimo a ser atingido ano-a-ano, prevendo, com isso, ao final de 2002, a formação de dezoito mil e cento e trinta

e uma turmas (18.131). Essas, de forma cumulativa, potencializam a alfabetização de 68% da população analfabeta do Estado.

A relação de parceria entre o Governo do Estado por intermédio da Secretaria da Educação, é estabelecida a partir de convênios organizados nas vinte e nove Coordenadorias Regionais de Educação. Na Divisão de Educação de Jovens e Adultos, através da Coordenação Estadual, são formatados convênios “guarda-chuvas”, ou seja, para aquelas entidades que abrigam turmas de MOVA-RS em mais de um município e/ou em mais de uma região do Estado.

De maio de 1999 a outubro de 2001, o MOVA-RS organizou um convênios com 307 entidades podendo ser organizações comunitárias com Prefeituras Municipais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Círculos de Pais e Mestres; Sindicatos de Servidores Públicos ou de outros trabalhadores (professores ou funcionários municipais, Federação da Alimentação, sindicatos da indústria, transporte ou comércio); Grupos Religiosos (entidades espíritas, evangélicas, católicas, luteranas, etc.); Associações Assistenciais, Culturais, Esportivas e de Portadores de Necessidades Especiais.

Estrutura do mova

Em razão da complexidade de uma ação voltada para todo o Estado, o Movimento é organizado a partir da seguinte estrutura: coordenação estadual; coordenações regionais; animadores de alfabetização; apoiadores pedagógicos; educadores populares e alfabetizandos e alfabetizandas.

Os animadores e animadoras populares de alfabetização são mediadores e divulgadores do MOVA-RS, porquanto conhecem os espaços organizados da sua cidade. No presente momento totalizam quatrocentos e oitenta (480), sendo que a meta é um para cada município do Estado (497).

Os apoiadores e apoiadoras pedagógicos são coordenados pela CRE e são responsáveis diretos pela formação pedagógica dos Educadores Populares, sendo um Apoiador Pedagógico Popular para cada seis Educadores Populares. Em dezembro de 2001 somavam oitocentos e noventa e oito (898).

Os educadores e educadoras populares são referência na comunidade em que a turma será implantada; por isso, são conhecedores da realidade local, das pessoas e dos problemas da comunidade. São indicados, necessariamente, pela entidade conveniente e a escolaridade mínima exigida é o 1º grau completo e condições pedagógicas para alfabetizar. Em dezembro de 2001 somavam cinco mil e quatrocentos e oitenta e oito (5.488), um para cada turma de alfabetização.

Os alfabetizandos e as alfabetizadas são as pessoas que acima dos quinze anos que não sabem ler e/ou escrever (ou sabem muito pouco). Presentemente são cerca de cinqüenta e cinco mil (55.000) pessoas no MOVA-RS.

Uma campanha de alfabetização também é caracterizada pelo descaso com as questões pedagógicas, que vão desde, por exemplo, a não-explicitação de referenciais teóricos, até a não-formação político-pedagógica dos, quase sempre, chamados monitores ou leigos.

O MOVA-RS, no campo da alfabetização de jovens e adultos, também é uma experiência singular no País, pois a Formação político-pedagógica, hoje, de mais de 8 mil pessoas, é em rede para garantir a articulação das instâncias e espaços de formação.

Formação político-pedagógica

As instâncias de formação político-pedagógica do MOVA-RS são constituídas de espaços permanentes e planejados para contemplar a participação de todos os protagonistas do MOVA-RS, em relações intra-pares – animadores com animadores ou relações íter-pares – animadores com apoiadores, por exemplo.

Os espaços de formação têm três dimensões – estadual, regional e local, que também atuam em rede, com articulações internas e externas, como segue:

A formação estadual abrange os seminários estaduais de animadores, apoiadores, de entidades e de avaliação e os cursos de formação de apoiadores.

A formação regional é coordenada em cada uma das vinte e nove CREs, (Coordenadoria Regional de Educação) realizando, portanto, os cursos iniciais, a formação mensal, os encontros regionais e a formação semanal.

A reconstrução e o fortalecimento da rede de formação e da práxis do MOVA-RS implica um estabelecimento de contatos para além do próprio Movimento, na busca de parcerias e de olhares críticos sobre a nossa ação educativa. Para isso, as coordenações estadual e regionais participam de encontros, seminários, congressos e fóruns, tanto para a formação desse coletivo, quanto para a socialização da experiência do MOVA-RS.

Desde 1999, o coletivo de dirigentes da EJA/MOVA-RS se reúne, sistematicamente, em espaços próprios para estudo, planejamento e avaliação dos trabalhos. Os demais espaços da rede de formação também são lugares de aprofundamento teórico-prático. No caso dos seminários estaduais do MOVA-RS, preserva-se um turno de assessoria somente para os(as) dirigentes.

A rede de formação do MOVA-RS contempla uma política de publicações para sistematização e socialização da experiência e organização de materiais didáticos. O MOVA-RS produziu o Caderno nº 1 – O que é o MOVA-RS; Caderno nº 2 – Política de Formação; Dicionário do Educando e as cartelas com o alfabeto. Foi publicado, recentemente, o Livro “De Angicos a Ausentes: 40 anos de Educação Popular”, sob coordenação de Carlos Rodrigues Brandão e, em breve, será publicado o Caderno nº 3 – A construção da língua escrita no MOVA-RS.

O MOVA-RS, por fazer parte da Política Pública de EJA, tem repercutido favoravelmente em algumas questões, tais como:

a) reestruturação curricular da EJA no Ensino Fundamental e no ensino Médio; b) ampliação significativa do atendimento da EJA nos dois níveis de ensino; c) realização de concurso público com opção para EJA no momento da nomeação dos professores; d) reorganização dos cursos de magistério com ênfase em EJA; e) criação de cursos de Pedagogia com ênfase em EJA em diversos campus da Universidade Estadual, a partir de 2002.

MOVA PAULO FREIRE – BELÉM - PARÁ

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

A Prefeitura Municipal de Belém, com a administração do Governo do Povo, assume a tarefa de fomentar a luta pelo resgate da vida e da dignidade de nosso povo, vindo, desde 1997, no primeiro mandato deste governo, construindo e efetivando o Projeto da Escola Cabana em nossa cidade, buscando uma ação político–pedagógica baseada “na visão de homem [e de mulher] enquanto sujeito histórico, produto e produtor das relações econômicas, sociais, culturais e políticas que o transformam e são transformadas pelos conflitos estabelecidos entre as diferentes classes sociais, que se antagonizam na disputa pelo poder hegemônico”.⁴

Esta concepção cabana de educação, pautada nos princípios da democracia e da inclusão social, assume de maneira significativa o compromisso de repensar a Alfabetização de Jovens e Adultos, garantindo por meio do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – Professor Paulo Freire (PROALFA) o acesso a uma educação que concebe o ser humano em sua dimensão sócio–cultural, quebrando com amarras que, historicamente, estigmatizaram trabalhadores e trabalhadoras como “cidadãos [ãs] de segunda classe.”

O MOVA, enquanto ampliação do PROALFA propõe o resgate da educação numa perspectiva cidadã e busca mobilizar os diversos setores organizados da sociedade numa parceria a favor de uma educação de qualidade social.

Com a criação e implementação do MOVA, a Prefeitura Municipal de Belém assume o compromisso, junto com a sociedade civil, de dar continuidade às transformações que vêm se processando na cidade, na busca de consolidar os avanços que apontam para uma sociedade mais humana e democrática.

As responsabilidades estão distribuídas: sociedade civil, responsável por identificar, atender e realizar o pagamento da bolsa para os monitores; as

⁴ Caderno da Escola Cabana, 1999

universidades devem disponibilizar monitores, espaços educativos; professores das diversas áreas do conhecimento para assessorar ao vários segmentos que participam do MOVA; dividir os custos com a vinda de pesquisadores e palestrantes; à secretaria municipal de educação cabe formular e encaminhar, conjuntamente com as entidades que compõe o fórum, a proposta pedagógica do MOVA; buscar recursos financeiros junto aos diversos parceiros do Movimento de alfabetização; desenvolver um Projeto de Formação permanente dos educadores; assessorar, através da Equipe Técnica, todas as turmas do MOVA; selecionar os educadores que participarão do MOVA; coordenar o Fórum de Alfabetização.

O Fórum terá caráter consultivo e será composto pela SEMEC como entidade conveniente e pelas entidades conveniadas: Universidades, organização dos movimentos populares, empresas, igrejas, entre outras.

As reuniões se darão semestralmente e excepcionalmente sempre que uma das partes conveniadas solicitar;

As metas do programa é alfabetizar 35 mil analfabetos existentes na cidade de Belém; criar anualmente 350 turmas com 25 alunos para atender aproximadamente 8.750 Jovens e Adultos que não tiveram acesso a este bem cultural na infância; estabelecer parcerias com diversos setores organizados da sociedade civil (entidades estatais, públicas, empresas privadas, associações populares, dentre outras), para implementação do MOVA; estabelecer diálogo com outros Projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos que trabalhem na perspectiva da educação libertadora; trabalhar a formação dos educadores-monitores populares, proporcionando-lhes a formação permanente; implementar em cada ano da segunda gestão do Governo do Povo 350 turmas de alfabetização; implantar as turmas de alfabetização nos diversos locais da cidade de Belém, tais como: centros comunitários e escolas; salões paroquiais e Igrejas; associações de moradores; sedes de sindicatos; clubes e agremiações; outros espaços propostos pela sociedade civil.

Estrutura do mova

A organização do MOVA-Belém é a seguinte: terá duração de um ano, sendo que o aluno poderá avançar para o ensino formal na escola, de acordo

com seu processo de construção, na percepção de suas potencialidades; as aulas acontecerão das segundas às quintas-feiras com o tempo de duas horas em turmas a serem definidas previamente sob a mediação de um monitor ou monitora.

Os educadores para participarem do MOVA-BELÉM devem ter no mínimo o ensino médio concluído; estar de acordo com a proposta político-pedagógica; formar sua própria turma efetuando a matrícula dos alfabetizando; participar ativamente da formação permanente do MOVA com um percentual mínimo de 80% de frequência; ter disponibilidade para trabalhar com as turmas de alfabetização de 2ª a 5ª feiras, durante 02 horas em um dos turnos de funcionamento do MOVA; ter disponibilidade para participar das formações; estar vinculado a uma das entidades conveniadas com o Projeto.

A formação dar-se-á em dois momentos: no início de cada semestre, com temática e carga horárias previamente definidas e em todas as sextas-feiras com local e horários definidos pela Equipe Técnica da SEMEC.

Formação político-pedagógica

O Movimento de Alfabetização de Belém/ MOVA-Belém, busca desencadear uma grande ação político-pedagógica e cultural na cidade, a partir da mobilização e engajamento do Poder Público e de todos os setores da sociedade civil num amplo movimento de alfabetização e educação para cidadania e pela luta por um presente e um futuro de dignidade.

Diante disso, o MOVA-Belém se propõe a: desenvolver um processo de alfabetização que possibilite aos educandos autonomia intelectual e leitura crítica da realidade; contribuir para o desenvolvimento da teoria e prática política dos educadores e educandos envolvidos no projeto; reafirmar o movimento de participação popular e luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular; criar o Fórum Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos com a participação dos diferentes segmentos representativos da sociedade; criar e participar de eventos que discuta políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos; desenvolver, nos núcleos de alfabetização, cultura, arte e lazer em conjunto com as ações educativas.

Conceito de alfabetização

A ação educativa do MOVA-Belém tem seu alicerce na proposta político-pedagógica do pensamento de Paulo Freire, numa visão sociointeracionista de educação: o homem e a mulher vistos em sua totalidade como produto e produtor das relações socioculturais na interação com o conhecimento.

Pensamos numa alfabetização que fosse ao mesmo tempo um ato de criação, capaz de gerar outros atos criadores; uma alfabetização na qual o homem, que não é passivo nem objeto, desenvolvesse a vivacidade da invenção e da reinvenção, características dos estados de procura. O trabalho pedagógico busca o saber popular como ponto de partida da realidade sociocultural dos educandos e educandas, concebendo-os como sujeitos históricos e sociais que já trazem consigo uma leitura de mundo que deve ser considerado como conhecimento socialmente válido.

Partindo desta realidade, o educador(a) apropria-se do universo vocabular de seus educandos e educandas e dessa forma subsidia o seu trabalho no planejar e replanejar de suas ações pedagógicas, possibilitando que jovens e adultos se reconheçam como sujeitos que constroem sua própria história, dando-lhes condições para modificá-la. É por meio das falas significativas que se estabelece uma relação dialógica, permitindo que homens e mulheres se reconheçam nas suas palavras e se distancie delas para instrumentar-se nas soluções das problemáticas em seu cotidiano.

A problematização das temáticas geradoras permite a articulação entre conhecimento popular e conhecimento sistematizado que numa visão de totalidade media a construção do saber numa estruturação curricular construída coletivamente. Nesta perspectiva a totalidade do conhecimento rompe com práticas tradicionais e assume um caráter interdisciplinar e contextualizado, onde a alfabetização é entendida como instrumento de libertação das classes populares, um ato essencialmente político. Neste contexto os conteúdos não são constituídos somente pelas matérias do ensino, mas pela compreensão das condições objetivas que encerram concretamente o ato educativo.

10.MOVA – MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE DIADEMA - SP

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

O MOVA, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de Diadema, foi lançado em 27 de setembro de 1995. Segundo o censo do IBGE de 1996, o município tem 50.474 pessoas não escolarizadas. Para atender essa demanda a Secretaria Municipal de Diadema desenvolve a Educação de Jovens e Adultos, com Ensino Fundamental em modalidade Supletiva de 1ª a 8ª séries e estabelece parceria com o MOVA.

Na sua criação o MOVA foi constituído com o envolvimento de diversos setores organizados da sociedade civil, com o objetivo de contribuir para erradicação do analfabetismo no município de Diadema. O MOVA-Diadema era coordenado por um Fórum Municipal, composto por Entidades e Movimentos, como: Prefeitura Municipal de Diadema; COMED – Conselho Municipal de Evangélicos de Diadema; Igreja Católica; Delegacia de Ensino; Movimento de Educação; UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas; Sindicato dos Funcionários Públicos; Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Sindicato dos Químicos do ABC; CIESP- Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; ACID – Associação Comercial e Industrial; Diadema Jornal; Diário do Grande ABC; Rotary Clube; SENAI; Fórum da Juventude e a entidade social Obra Social São Francisco Xavier.

Nos anos de 1997-2000, o MOVA passou a ser coordenado pela Prefeitura Municipal de Diadema, desvinculando-se dos diversos Movimentos Sociais e estabelecendo como parceira apenas a Entidade Social Obra Social São Francisco Xavier.

Atualmente o nosso desafio é o de resgatar as parcerias existentes no início de sua criação, já que entendemos que o movimento só se caracteriza quando envolve os vários segmentos da sociedade civil organizada e com a articulação das demais Secretarias municipais, como a de Obras, de Habitação, de Saúde, de Educação Cultura, Esporte e Lazer, afim de atingir o

seu principal objetivo que é atender todos os jovens e adultos não ou pouco escolarizados da cidade.

Desde sua criação até dezembro de 2000, o MOVA trabalhava somente com os alunos que estivessem em níveis de conhecimento referentes à 1ª e 2ª séries. Depois que fossem promovidos eram encaminhados para as Escolas Municipais para prosseguirem os estudos. A partir de fevereiro de 2001, alterou-se a proposta de acesso dos alunos ao Movimento de Alfabetização. Foram matriculados alunos que estivessem em níveis de conhecimento correspondente as fases/séries iniciais, entendendo-se que o processo de alfabetização corresponde e extrapola as respectivas séries e que seria contraditório à concepção do movimento excluir os alunos que tivessem um pouco de conhecimento em relação à leitura e à escrita. Atualmente, os alunos que estudam no MOVA e atingem os objetivos de ensino referentes à 1ª a 4ª séries são encaminhados para as Escolas Estaduais ou Municipais de 5 a 8ª séries, onde fazem uma avaliação para serem classificados e possam prosseguir os estudos.

Em relação ao perfil dos educandos, concluímos que a maioria dos alunos do MOVA são de origem nordestina, residem em Diadema há mais de 15 anos, trazem um referencial de escola tradicional, muitos estão desempregados, os que trabalham estão em situação informal e com baixa renda. Muitos desses educandos, apresentam grande expectativa em relação a escola, pois acreditam ser, condição necessária para a conquista de um novo emprego, melhoria de vida e crescimento pessoal.

Nossos educandos apresentam pouco acesso a momentos de lazer, gostam de músicas ligadas a cultura popular brasileira, valorizam mesmo que inconscientemente os valores regionais/culturais da cidade de origem. Se sentem totalmente responsáveis pelo não acesso ao sistema formal de ensino em idade própria, não conseguem visualizar a responsabilidade governamental, no que se refere ao investimento na educação, principalmente nas regiões nordestinas.

Procuram os cursos de alfabetização de jovens e adultos com a expectativa de apenas aprender a ler e escrever para ler a bíblia, preencher

uma ficha de emprego, ensinar os filhos em casa e aprender a assinar o nome, pois acreditam serem elementos necessários para a sua ascensão social.

Estrutura do MOVA

O MOVA é coordenado por uma equipe do Departamento de Educação, composta por uma coordenação geral da divisão, uma coordenadora do MOVA e três assistentes técnico-pedagógicos. A equipe central responsável pela elaboração e desenvolvimento do curso de formação inicial e permanente aos educadores, como também pelo acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nos núcleos, através de visitas periódicas.

O MOVA conta com 84 educadores e nove articuladores regionais, que são educadores que foram eleitos pelos seus pares para desempenharem a função de auxiliar o educador e ser um facilitador e articulador regional dos projetos político-pedagógicos desenvolvidos na região pelos educadores, criando interface aos setores municipais como Saúde, Habitação, Cultura, Esporte e etc.

O educador popular recebe uma bolsa - auxílio no valor de R\$ 188,95 (cento e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) e o articulador regional recebe uma bolsa - auxílio no valor de R\$213,04 (Duzentos e treze reais e quatro centavos).

No que se refere à formação dos educadores que atuam no Movimento, a maioria tem o ensino médio completo, magistério, curso superior incompleto ou completo, totalizando 68 educadores; somente 16 apresentam ensino fundamental completo e ensino médio incompleto. O resultado dessa análise mostra que a grande maioria dos educadores do MOVA apresentam formação além da exigida conforme Projeto de criação do MOVA.

As salas de aula estão em locais diversificados, como: Creches, Igrejas, Centros Comunitários, Garagens, UBS, Sociedade Amigos de Bairros, Indústrias, Residências, Centro de Referência do Idoso e Delegacia de Polícia. O curso é ministrado de segundas às quintas-feiras, nos períodos: manhã, tarde ou noite, e às sextas-feiras os educadores participam de reuniões pedagógicas, organizadas por região.

O MOVA tem como meta até dezembro de 2001, a ampliação de seus núcleos, passando de 93 salas para 150, o que corresponde uma ampliação de 47 salas, atendendo assim um maior número de munícipes com baixa escolaridade.

Para tanto, a equipe de coordenação e técnica tem o desafio de retomar o Fórum de Alfabetização, como espaço de debate, reflexão e de elaboração de propostas coletivas para se combater o crescente índice de analfabetismo no município de Diadema.

A maioria das salas de aula são formadas e organizadas pelos educadores que visitam as famílias com baixa escolaridade e fazem as matrículas de pessoas de sua comunidade. É importante ressaltar que a maioria dos educadores também são indicados pela comunidade.

A consolidação da sala de aula ocorre quando o educador apresenta a ficha de matrícula dos educandos e o local passa por uma vistoria, a fim de verificar se o mesmo apresenta condições mínimas para funcionamento.

Formação político pedagógica

A formação Inicial é desenvolvida pela equipe técnica pedagógica do MOVA, geralmente, nos finais de semana, totalizando 44 horas de formação, com os seguintes objetivos: integrar o grupo de educadores e levantar suas expectativas em relação ao trabalho a ser desenvolvido, dimensionando-o nas metas do programa e nas diretrizes gerais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; refletir sobre as causas e conseqüências do analfabetismo no Brasil e a implementação histórica de políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos; discutir concepção de educação a partir das diferentes realidades de vida dos educandos e experiência dos educadores, refletindo sobre o ato de alfabetizar; ampliar a compreensão do processo de construção do conhecimento, através de vivências práticas; elaborar uma proposta metodológica que vai ao encontro das necessidades de aprendizado dos educandos, de forma a respeitá-los enquanto sujeito de um processo educativo; contribuir para discussão do que é planejamento e avaliação, desenvolvendo oficinas onde os educadores elaborem propostas e discutam no coletivo esse trabalho.

As temáticas da formação são: apresentação e levantamento das expectativas/diagnósticos do grupo; concepção de alfabetização; quadro do analfabetismo no Brasil; um pouco de teoria do conhecimento: como se aprende; Análise dos níveis da escrita, através das produções dos alunos adultos; Concepção metodológica; tema gerador, interdisciplinaridade e estudo do meio; preparação de planejamento e avaliação.

Conceito de alfabetização

Na nossa concepção, alfabetizar jovens e adultos é um processo construtivo que tem como ponto de partida os conhecimentos e as vivências adquiridas pelos educandos em sua trajetória de vida em sociedade, tanto em relação aos aspectos sócio-culturais como referente aos conhecimentos sobre a língua escrita, a oral e a leitura, na perspectiva de inter-relacioná-los, criticamente, aos conhecimentos construídos socialmente pela humanidade, a fim de ampliá-los e transformá-los.

É preciso, portanto, utilizar-se de uma metodologia que garanta a mediação entre o indivíduo e o conhecimento, desenvolvendo um processo de ensino e de aprendizagem pautados em conteúdos significativos e contextualizados.

Se o educando jovem e adulto tem interação com o mundo letrado e possui conhecimentos sobre a escrita e sua função social, se utiliza de diversos mecanismos para identificar diferentes tipos de textos e suas funções, mesmo não sendo alfabetizados, não se pode conceber um trabalho de alfabetização desse público que parta da letra para as sílabas e, destas para as palavras, frases e textos, reforçando a concepção de decodificação dos códigos escritos, dos conteúdos estanques, desvinculados da realidade dos educandos. Temos a concepção metodológica que valoriza o trabalho com texto.

Avaliação

A prática avaliativa serve como meio para aperfeiçoar a democracia, pois o constante ato de refletir sobre ela no coletivo dos educadores permite rever permanentemente os resultados maléficos ou benéficos produzidos através da avaliação escolar, e assim, substituir o ato simplesmente

classificatório e autoritário desse fazer pedagógico por uma avaliação diagnóstica, mediadora, dialética e construtiva.

Para o MOVA que foi criado, pensando exatamente nesses jovens e adultos excluídos, a questão da avaliação se torna o nó do processo educacional para que ela não venha a ser instrumento de nova exclusão social. Pensar numa ação avaliativa não excludente significa pensá-la como parte integrante do processo de ensino e da aprendizagem, que ocorrem de forma sistemática, constante e permanente. Uma avaliação que não supervalorize somente a quantidade de saberes acumulados, mas que valorize o indivíduo habilitando-o a ser capaz de questionar o conhecimento adquirido, problematizá-lo, buscar alternativas, dar sentido ao aprendido e fazer dele instrumento de resgate de sua identidade social.

Assim pensado e assim operado, cremos que o MOVA tem cumprido ao longo de sua existência, um papel preponderante na inserção crítica do indivíduo na sociedade, na busca do efetivo exercício de sua cidadania.

11.MOVA-MATO GROSSO DO SUL

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

No Estado do Mato Grosso do Sul, são aproximadamente 115.000 famílias que vivem abaixo da linha da pobreza⁵, excluídas do usufruto de educação, saúde, alimentação, moradia, trabalho e lazer, com qualidade. Nesse contexto encontra-se um grande contingente de famílias indígenas que não contam com renda fixa e nem território suficiente para o desenvolvimento de suas culturas de subsistência.

Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do país e a primeira em concentração. A invasão das terras indígenas pelos latifundiários, a expansão da área urbana e a proximidade das aldeias com as áreas urbanas provocaram além da redução das áreas anteriormente ocupadas pelos indígenas também a interferência cultural.

⁵ Fonte: IBGE/97

A situação de pobreza dos pais, sejam indígenas ou não, tem trazido conseqüências para toda a família, cujos filhos têm freqüentemente abandonado os estudos para auxiliar na renda familiar, assumindo atividades, na maioria das vezes, degradantes, mal remuneradas e prejudiciais não só à saúde, como a todo o desenvolvimento dos sujeitos.

Evidentemente, a quebra deste ciclo de pobreza e exclusão só é possível com a superação deste modelo societário e a construção de uma sociedade pautada na igualdade real. Entretanto, desde já é necessário esforços para a superação possível das distorções presentes. O Governo Popular tem envidado esforços na consolidação de políticas públicas para o enfrentamento das problemáticas sociais impostas pela ordem econômica presente, assumindo as responsabilidades do Poder Público junto às esferas federal e municipal e sensibilizando outros parceiros para desenvolver projetos e programas que possam intervir efetivamente nesse quadro.

No ano de 2000, o Governo do Estado deu início ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional que está vinculado ao Plano de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

Visando a efetivação das ações deste Programa, elaborou-se o Projeto de Ações Integradas de Segurança Alimentar - PAISA, que objetiva articular e integrar as ações, com centralidade na família, para promover a segurança alimentar e nutricional, combater a fome a pobreza e a exclusão social. A Alfabetização e Elevação da Escolaridade de Jovens e Adultos é um dos componentes do PAISA.

O projeto Atenção Básica de Cidadania da Família visa, prioritariamente, atender às famílias participantes dos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, do Bolsa-Escola, considerando que estes programas são propulsores da inclusão social.

As ações do Projeto ABC da Família voltam-se para a valorização da existência humana, e não apenas à atuação no âmbito das condições materiais de vida, objetivando a ampliação do universo informacional e cultural dos membros das famílias, facilitando a participação cidadã nas decisões e nos destinos da comunidade na qual se inserem. Igualmente importante é a articulação e a oferta de projetos de alfabetização de adultos,

profissionalização, geração de renda, e outros necessários para a vida na sociedade contemporânea.

As mulheres e homens trabalhadores deste Estado, principalmente aqueles oriundos da zona rural, em razão de ingressarem precocemente no trabalho, por não terem disponibilidade de freqüentar regularmente a escola, ou por outros motivos, permanecem iletrados. O Estado do Mato Grosso do Sul conta com expressiva população no campo, a maior parte da qual possui níveis baixíssimos de escolarização.

No Estado de Mato Grosso do Sul, segundo o PNAD 98/IBGE, são 162.601 os analfabetos acima de 15 anos, o que corresponde a 11,79% do total de jovens e adultos deste Estado. A necessidade de investimento na direção da erradicação do analfabetismo revelada pela estatística oficial confirma-se pelas reivindicações feitas por diversas ONGs, empresas privadas, movimentos sociais e igrejas.

Na intenção de resgatar esta dívida social, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul pretende aglutinar seus recursos aos esforços de movimentos sociais, empresas, sindicatos, igrejas e outros organismos sociais que historicamente têm se responsabilizado pela alfabetização de jovens e adultos, e sensibilizar a sociedade para o estabelecimento de outras parcerias.

O Mova-MS (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) é uma iniciativa do governo que criou o programa que recebe recurso do FIS (Fundo de Investimento Social) criado pelo então governo, que numa política de inclusão social tendo como objetivo principal, oferecer a alfabetização às famílias inscritas nos programas sociais do governo e estendendo-se as demais. É um trabalho feito em regime de parcerias com Igrejas, Movimentos Populares, Universidades, Faculdades e outras entidades, onde a Secretaria do Estado da Educação é responsável no sentido de oferecer capacitação pedagógica aos professores, material pedagógico e assessoria.

O custo individual, por semestre, de cada alfabetizando é bastante baixo, de R\$ 54,10 (cinquenta e quatro reais e dez centavos). Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Educação propõe-se a executar o presente Programa de Alfabetização.

Estrutura do mova

O projeto abrangerá os 77 municípios do Estado, a começar por aqueles contemplados no Programa de *Combate à Pobreza e à Exclusão Social* empreendidos pelo Governo Popular.

Atenderá jovens e adultos não-letrados, prioritariamente aqueles cujas famílias estão incluídas no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, PETI e o Bolsa Escola.

São critérios para o ingresso no Programa, por ordem de prioridade: pertencer ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, Bolsa Escola e PETI; pertencer ao Programa de Atenção Básica de Cidadania da Família; ter idade igual ou superior a 15 anos; jovens e adultos não letrados, na idade acima, não inclusos no Programa.

O programa tem como objetivo oferecer, através do letramento de jovens e adultos, os conhecimentos, as habilidades e os valores necessários à qualidade de vida, à participação social e à autonomia para continuar atendendo aos sul-mato-grossenses que não tiveram acesso à escola durante a infância.

E, ainda, afirmar o compromisso do Governo Popular do Mato Grosso do Sul com a reversão do quadro atual de não letrados; estimular e orientar o não-letrado para prosseguir os estudos, após a fase de letramento; fortalecer as iniciativas das instituições e segmentos da sociedade no letramento de jovens e adultos em locais alternativos à escola, apoiando-as técnica e financeiramente; manter articulação com programas das secretarias da área social que possam apontar possibilidades de cultura e lazer; trabalho e renda; saúde; habitação; assistência social e outras; criar um "locus" de discussão e troca de experiências acerca do papel do Poder Público e de outros atores frente aos não-letrados no Estado do Mato Grosso do Sul.

Pretende proporcionar o letramento a 20.000 jovens e adultos até o término de 2002. A operacionalização do Projeto demanda as seguintes ações: levantamento da demanda; o levantamento da demanda far-se-á pela pesquisa social desenvolvida no Plano de combate a pobreza e a Exclusão Social através do COGEPS e Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho e pela Secretaria de Estado de Educação, através do Programa Bolsa

Escola, dados do IBGE, informações prestadas pelos municípios e Entidades Civil Organizada; as Forças Armadas, através de dados contidos no alistamento militar.

Serão definidos locais alternativos, de fácil acesso aos não-letrados, tais como, centros comunitários, escolas, igrejas e outros.

A inscrição e a seleção dos alfabetizadores serão orientados por técnicos da Secretaria de Estado de Educação, em articulação com os parceiros, que se responsabilizarão pela produção de um instrumento para a seleção. O alfabetizador deverá ter o curso de Magistério e ter o ensino médio

Para atuar com os não letrados indígenas, cujo letramento deve ser bilíngüe, o alfabetizador será escolhido na comunidade.

Os materiais pedagógicos e de consumo diário e permanente para os educandos e os alfabetizadores e serão distribuídos na medida em que forem organizadas as turmas e serão reproduzidos os materiais na língua materna para atender às populações indígenas.

O programa iniciou o ano de 2001 com aproximadamente 5.000 famílias.

Cumprindo 224 horas, os educandos estarão em condições de ingressarem na Educação para Jovens e Adultos (EJA), da rede estadual de ensino. Para as comunidades indígenas a proposta pedagógica do letramento prevê 264 horas.

Formação político pedagógico

A formação será feita em duas etapas, cada qual com 3 dias, totalizando 24 horas/aula e os 800 alfabetizadores serão divididos em grupos de 50 para serem capacitados.

As capacitações ocorrerão em 05 pólos, sendo os Centros Universitários de Dourados, Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas e o Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Além da parceria com a Universidade Federal, haverá o envolvimento da Universidade Estadual e entidades privadas na capacitação dos alfabetizadores.

A nossa equipe que é formada por cinco técnicos pedagógicos, trabalha nos municípios implantando o projeto através de capacitações, onde os candidatos a alfabetizadores são orientados por meio de oficinas pedagógicas, a construir seu material didático, partindo da realidade local, envolvendo os

alfabetizando nesse processo de construção utilizando: fichas, jornais de propagandas, revistas e outros recursos que possam ser recortados.

Conceito de alfabetização

Compreendemos a alfabetização como um ato que permeia a construção do conhecimento e deve proporcionar o ato de ler e escrever, não como memorização mecânica de letras, sílabas, palavras ou frases mas partir de um contexto que garanta a reflexão crítica por parte dos alfabetizandos.

O MOVA-MS constitui-se no fortalecimento do coletivo, norteia o seu trabalho pedagógico com base nos seguintes pilares: história de vida; sonhos; realidade; conjuntura no contexto: político, econômico e social.

Os sonhos como planos individuais e coletivos são o pano de fundo onde estão pautados esses sonhos. Importante captar a potencialidade de cada turma, revelando a comunidade, para que ela se envolva nesse processo.

O objetivo maior é promover a formação continuada que começa com o MOVA-MS, abrir novos caminhos, trazer outras pessoas da comunidade para o MOVA-MS. A comunidade obriga e cria vínculos, interação do sujeito, formar novas turmas, não deixando apagar a chama do MOVA-MS; escancarará esse objetivo, uma turma não acaba, deixa outra em seu lugar, vão constituindo a mística do movimento, celebrar a presença de todos, criar uma identidade, abrir caminhos para quem ainda não está no movimento. Formar o coletivo por municípios.

O MOVA-MS prima por uma metodologia freiriana que tem como concepção uma educação libertadora que objetiva a libertação do homem proporcionando meios para que desenvolva sua criticidade. Nesse processo o educador não deve sentir-se dono do saber, que será depositado no alfabetizando, mas de educador-educando que dá e recebe saber.

Avaliação

A avaliação é um processo contínuo que envolve tanto o alfabetizador quanto o alfabetizando, ambos devem estar refletindo sobre suas ações. Onde o alfabetizador avalia a capacidade que o aluno tem quanto ao interesse, participação, dificuldades, criticidade, rendimento pedagógico e o desempenho.

Enquanto que o alfabetizando avalia seu próprio desempenho, o desempenho do alfabetizador, suas expectativas, interação do conhecimento adquirido, sua realidade e o material pedagógico. A avaliação acontece em caráter permanente, no início a partir de conhecimentos prévios, como suporte para planejar atividades pedagógicas durante o processo, quanto ao alfabetizador, ele acompanha o desempenho e as dificuldades do grupo no sentido de replanejar quando necessário para atender seus alfabetizandos; e no final do processo tendo como objetivo organizar o histórico de aprendizagem, que deve dar condições de continuidade aos alfabetizandos na educação formal.

O alfabetizador observa, ouve e registra os avanços, propondo atividades contextualizadas entre conhecimento prévios adquiridos. Analisando as atividades coletivas para as correções necessárias, questionando sua própria prática e reformulando quando necessária, e finalmente incentivando ao alfabetizando a ser questionado no sentido de sanar suas dificuldades.

Já o alfabetizando avalia a ação do alfabetizador, expressando suas dificuldades, opiniões e expectativas em relação as atividades propostas. Decidindo junto aos alfabetizadores sobre como desenvolver as atividades analisando no coletivo seu desempenho.

O processo de avaliação finalmente é concluído quando o alfabetizador avalia para conhecer as características e necessidades de cada alfabetizando e do grupo como um todo, para planejar, acompanhar e repensar a sua prática educativa, e também para verificar se oportuniza aos alfabetizandos que externem suas idéias e sentimentos. Já o alfabetizando neste estágio, utiliza a avaliação como um instrumento reflexivo sobre sua prática usando-a para expressar sua opinião, integração, autocrítica e dificuldades, visando fornecer ao alfabetizador dados que oportunize melhorar sua prática.

12.MOVA-RIBEIRÃO PIRES - SP

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

O MOVA – Movimento de Alfabetização de Adultos em Ribeirão Pires começou em setembro de 1997, atendendo 357 alunos, distribuídos em 22 salas. Hoje já tem 58 núcleos implantados e o número de alunos atendidos ultrapassa os 1.900 dos quais 593 foram encaminhados para 5ª série.

Ele é desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e diversos setores da sociedade civil (empresas, sindicatos, igrejas, sociedades amigos de bairros etc). A sua elaboração e implantação se deram em Ribeirão Pires a partir de discussões realizadas com esses diferentes setores da sociedade dentro do Fórum de Desenvolvimento Sustentado da Cidade proposto pela Prefeitura Municipal.

Diversos segmentos da sociedade civil contribuem com ajuda financeira e material para a manutenção dos núcleos, entre eles: Sindicatos dos Químicos, Colégio São José, Empresa Ford, Volkswagen, Banco do Brasil e empresas da cidade (Metalúrgica Fichet e Zenimont).

Desde a sua implantação, o MOVA tem crescido rapidamente. No início, a Secretaria de Educação realizava reuniões para divulgar o projeto. Atualmente, a procura é espontânea, não só por parte de pessoas interessadas em fazer o curso, mas também daquelas interessadas em ministrar aulas ou, simplesmente, de por à disposição algum espaço que tenham disponível.

Estrutura do mova

O MOVA é aberto a todas as pessoas com idade superior a 14 anos, que nunca estiveram na escola ou que não completaram a 4ª série do ensino fundamental. Os núcleos são constituídos a partir da inscrição de 15 pessoas e os materiais básicos para o funcionamento da sala de aula (quadro negro, cadeiras, material pedagógico) são fornecidos pelos agentes envolvidos no programa. As salas funcionam em residências, escolas estaduais e municipais, empresas, igrejas, creches, sedes de centros comunitários e até bares.

As aulas têm duração diária de 3 horas durante 4 dias por semana. Um dia é para o acompanhamento e formação pedagógica dos monitores. Os educadores não precisam ser necessariamente professores formados. Basta terem, no mínimo, o ensino médio. É de sua responsabilidade arregimentar os alunos e conseguir um local para a implantação do núcleo. O educador recebe uma bolsa-auxílio paga com recursos de um convênio firmado entre Prefeitura e sociedade civil e mais vale-transporte para a reunião pedagógica.

O MOVA parte de uma concepção de educação informal e popular, pautada nas reais condições sócio-cultural e econômica do educando. Para tanto, há uma flexibilidade no atendimento que possa propiciar a oportunidade ao aluno, que trabalha ou não, e que está há muitos anos fora da escola forma, de voltar a estudar. Por isso os núcleos de alfabetização são organizados nos diversos bairros do município próximo à demanda, para que os educandos não tenham a necessidade de se deslocarem.

Ribeirão Pires oferece uma outra opção de alfabetização para jovens e adultos, o SEJA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos) – Suplência I: 1ª a 4ª séries. O serviço teve início em agosto de 2000 com a implantação de 3 núcleos em escolas municipais.

Formação político-pedagógica

Os educadores passam por um curso de formação inicial de 36 horas e depois, para garantir a qualidade do ensino oferecido, eles passam por um programa de formação permanente. As reuniões ocorrem uma vez por semana com uma equipe pedagógica da secretaria. São oficinas, palestras, dinâmicas, estudos que abordam diversas formas didáticas e metodológicas de se construir o conhecimento com o aluno adulto.

Conceito de alfabetização

O Mova de Ribeirão Pires, fundamenta-se na pedagogia de Paulo Freire, que se preocupa com a leitura crítica do mundo, respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos e os desejos dos educandos. Uma alfabetização que tem o ser humano como referência central das suas relações e de seus valores.

Os conteúdos são definidos a partir dos problemas encontrados no cotidiano. Enfim uma educação a favor da liberdade do ser humano. O conteúdo das aulas é pautado no cotidiano do aluno. Procura-se alfabetizá-lo a partir das coisas do seu dia-a-dia. Por exemplo, é utilizado no processo de alfabetização a leitura da carteira de identidade, placas de ônibus e assim por diante.

Avaliação

Nosso processo de avaliação propõe construir uma prática que acompanhe a qualidade do processo ensino-aprendizagem e permita a todas (os) educadores e equipe pedagógica uma constante ação-reflexão-ação tendo em vista objetivos, processos e resultados, respeitando a concepção do aluno enquanto ser humano, dotado de experiências, capacidade e saber, enquanto cidadão capaz de iniciativas e intervenção individual e coletiva no seu meio.

A avaliação como processo diagnóstico, contínuo e permanente. É realizada com a utilização de diversos instrumentos e considera a situação e participação do aluno. A avaliação deve ser vista como orientadora das próximas ações políticas-pedagógicas e procura guardar coerência entre a prática da avaliação, os princípios, os objetivos e o currículo.

13.MOVA-SANTO ANDRÉ - SP

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

A Secretaria de Educação e Formação Profissional de Santo André, em 1989, criou o Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA) com o objetivo de garantir o acesso e a permanência à educação àqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental em idade própria ou dele foram excluídos.

Todavia estima-se hoje que, em Santo André, de uma população de 700.000 habitantes, cerca de 88.500 pessoas (com 15 anos ou mais) não tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental.

Por essa razão, em 1997, a Secretaria de Educação e Formação Profissional decidiu ampliar o número de vagas nos cursos de suplência

(SEJA), passando de 2.646 matrículas para 4.200 em 2000. Para efetivar essa ampliação, foi criado, em 1997 e lançado oficialmente em 1998, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA); em 1998 a Suplência Profissionalizante e, em 1999, a Rede Cultural visando ampliar as condições de alfabetização e acesso à cultura aos alfabetizandos na cidade.

O MOVA Santo André, constituído em parceria com entidades e instituições da sociedade civil, herda e constrói experiências desenvolvidas anteriormente em outras cidades e se diferencia substancialmente de campanhas ou outras medidas tópicas e pontuais. Essa iniciativa integra o MOVA Regional como experiência mais ampla de extensão de alfabetização na região.

A proposta de um movimento de alfabetização realizado com entidades da sociedade civil tem como objetivo fortalecer os laços dos alunos com suas entidades de sorte a proporcionar tanto sua auto-organização como possibilidades de integração e socialização que incentivem a leitura do mundo, bem como o exercício da construção do texto e de novos contextos.

O MOVA Santo André vem consolidando suas ações com a participação de 45 entidades conveniadas, com 110 salas de aulas com aproximadamente 3000 educandos durante o ano de 2000.

Estrutura do mova

Os critérios e condições de participação da sociedade civil organizada (entidades) são: firmar convênio com a Secretaria de Educação e Formação Profissional; ter espaço para criação de salas de aulas; indicar voluntários membros da entidade para assumir salas de aulas; indicar um representante da entidade para compor o Fórum MOVA.

Os critérios para participação dos educadores são: participar da entidade e da comunidade onde será criada a sala de aula; ter concluído o ensino médio, ou estar cursando o 3º ano do ensino médio, e, ou ter experiência na alfabetização de jovens e adultos; participar da formação inicial, das reuniões pedagógicas semanais e de todas as atividades de formação permanente.

Formação político-pedagógica

A proposta de formação inicial é apresentada e reelaborada em conjunto com os educadores, totalizando 50 horas de oficina pedagógica, que são realizadas no período da noite e nos finais de semana.

A concepção metodológica que embasa o curso de formação inicial é aquela que parte do pressuposto de que todos ao se inserirem dentro do processo educacional, seja ele educador ou educando, traz consigo conhecimentos construídos através de sua história de vida. Partir destes conhecimentos adquiridos é condição primordial, para problematizar e refletir as questões centrais da alfabetização de jovens e adultos.

O conhecimento é construído a partir de uma relação dialética, através do movimento ação-reflexão-ação.

O curso não tem como intenção apresentar prontas e acabadas para que possam ser seguidas e reproduzidas em sala de aula, nem esgotar todas as questões relacionadas: mas o de possibilitar reflexões do processo de alfabetização para que os educadores de forma criativa possam construir a sua prática de sala de aula, uma vez que esta construção exige um trabalho coletivo e que parta da realidade de cada educando.

O trabalho coletivo possibilita oportunidades de reflexão; permite troca de experiências; circulação de informações; participação e construção de novos conhecimentos. Enfim, criar condições teóricas para que os futuros educadores de jovens e adultos possam tornar-se sujeitos do processo educativo visando a construção de uma educação de qualidade e que garanta o acesso a todos.

Os temas abordados na formação são: caracterização, integração e levantamento das expectativas dos educadores; a experiência dos educadores e a escola; perfil dos educandos jovens e adultos; a construção de uma outra proposta de alfabetização; níveis de escrita dos educandos adultos, segundo a psicogênese da língua escrita; um outro exercício: a construção do texto dialógico; uma outra possibilidade de construção do conhecimento: estudo do meio, tema gerador e interdisciplinaridade; concepção de planejamento, de avaliação e elaboração de plano de aula.

14.MOVA-SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP

Conceito de parceria e relações com a sociedade civil

O projeto MOVA São Bernardo do Campo/SP tem parcerias com associações, movimentos populares, sindicatos, igrejas, faculdades, universidades e empresas. Nessas parcerias a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) se responsabiliza por: repassar, quando for o caso, recurso para o custeio de despesas oriundas das classes; formar os alfabetizadores; acompanhar o desenvolvimento do trabalho; intermediar, se necessário, relação entre os parceiros e as classes de alfabetização adotadas; manter os parceiros informados sobre o andamento do projeto.

Os parceiros, segundo suas especificidades, se responsabilizarão por: cadastrar-se junto à SEC; estruturar o espaço físico da sala de aula, bem como o mobiliário; formar classe (com no mínimo 15 alunos); organizar o período das aulas (10 horas semanais, sendo 2 E MEIA horas diárias); prestar contas mensalmente dos recursos recebidos; repassar materiais e/ou recursos para custeio de despesas das classes; estimular a participação de universitários (estágios, bolsas e outras formas).

Para definir diretrizes gerais e contribuir na implementação nos moldes deste projeto foi criado o Fórum Municipal de Alfabetização, constituído por segmentos representativos da sociedade.

O movimento de alfabetização é divulgado por meio de mala direta, reuniões e meio de comunicação de massa para sensibilizar a sociedade e possíveis parceiros.

A divulgação é utilizada também para atingir futuros alunos das classes de alfabetização.

Estrutura do mova

A coordenação do MOVA é constituída por uma equipe de coordenação subdividida em geral, pedagógica e administrativa. A equipe técnica é composta por auxiliares de coordenação, sendo um para cada grupo de 10 a 12 classes. A responsabilidade dos parceiros é na administração do

funcionamento da sala de aula conveniada, inclusive no repasse da ajuda de custo do alfabetizador.

As classes são formadas com o mínimo de 15 alunos, devendo ser observada a realidade de cada comunidade. A previsão do número de classes até 2002 é de 120 classes e o curso tem a duração prevista de 10 meses.

Os educadores poderão ser indicados por sua empresa, sindicato ou comunidade, preenchendo os seguintes requisitos:

- Escolaridade mínima de 2º grau ou estar cursando o 3º ano do ensino médio, ou ainda, ter experiência comprovada em alfabetização de jovens e adultos;
- Comprometer-se com o processo de formação a ser desenvolvido junto ao Departamento de Ações Educacionais – Secretaria de Educação e Cultura.

A carga horária do alfabetizador é de 10 horas semanais; sendo distribuídas da seguinte maneira: 10 horas em sala de aula (sendo 2 e meia horas diárias) e 2 horas e meia de formação permanente.

Formação político-pedagógica

Em sua proposta pedagógica, o Mova-ABC considera o alfabetizador e os alfabetizados como sujeitos do processo de alfabetização. A partir do processo de aquisição da escrita pretende despertar no aluno a consciência crítica de sua realidade total como ser humano, possibilitando compreender onde vive: os elementos que compõem sua realidade, seu mundo de trabalho, suas relações sociais, valores, crenças e gostos.

A formação inicial do alfabetizador é dividida em dois momentos: Módulo I – curso de 15 horas (24 horas a partir de 2002) e Módulo II – curso de 15 horas. Os temas abordados são: o pensamento freireano; as mudanças na compreensão do processo de alfabetização; contribuição da psicogênese da língua escrita; a escrita como objeto social do conhecimento; função social da escrita; variações lingüísticas; sistema decimal; cálculo mental e operações fundamentais.

A formação permanente acontece em reuniões semanais de 2 horas e meia, realizadas as 6ª feiras e tem como objetivo aprofundar o conhecimento,

enriquecer culturalmente o alfabetizador, planejar as ações e avaliar o processo.

Conceito de alfabetização

A alfabetização é parte do processo de melhor perceber e agir no mundo; o que só se viabiliza por meio de uma alfabetização baseada nas práticas do dia-a-dia e nas diferentes possibilidades de uso da escrita.

A alfabetização é um processo solidário de aprendizagem em que as relações entre o alfabetizador e alfabetizandos, e alfabetizandos entre si são dialógicas e portanto produtoras de conhecimentos. Num projeto pedagógico de alfabetização, especialmente voltado para jovens e adultos, é imprescindível saber por quê, para quê e como alfabetizar. Alfabetização não se entende apenas pelo aprender a ler e escrever e sim pela conscientização dos problemas em geral, não bastando ter uma teoria, mas exercitando uma prática que resulte na práxis de um indivíduo que, superando as generalizações imediatistas, construa uma visão clara do mundo.

Desta forma, para se elaborar um projeto de alfabetização, envolvendo jovens e adultos, faz-se necessário ter uma visão crítica dos problemas sociais, bem como ter uma clara definição de cidadania, no sentido de que, conjuntamente, educadores e educandos possam analisar, refletir e discutir a realidade em que vivem. A metodologia proposta considera alfabetizador e alfabetizandos como sujeitos do processo de alfabetização. Considera o alfabetizando como portador de conhecimentos próprios do universo de jovens e adultos e os conhecimentos já adquiridos pelos alfabetizandos, inclusive os relacionados com a escrita, como ponto de partida para novos conhecimentos.

No universo do "como ensinar e como aprender", o Mova SBC baseia-se nas contribuições de Paulo Freire, da sociolinguística e da psicologia, destacando Emília Ferreiro, na compreensão dos processos de aquisição da leitura e da escrita; que corroboram possibilitando uma abordagem do fenômeno pedagógico, clareada em seu instrumental teórico-prático, permitindo um conhecimento da ação didática refletida e inserida no contexto social, através do desenvolvimento de projetos extensivos a comunidade local; uma metodologia que implique em conhecer e saber a educação, fazendo educação.

A dialética teoria e prática, conhecimento e ação é sempre discutida com os alfabetizadores, é dessa reflexão que o fazer pedagógico se amplia e se atualiza.

Avaliação

O MOVA São Bernardo do Campo é continuamente avaliado quanto ao desenvolvimento dos alfabetizadores, alfabetizando, parceiros e impacto sobre o município de São Bernardo do Campo.

Para isto são considerados: Quanto aos alfabetizadores: entrevista inicial; participação na formação permanente; acompanhamento diário do alfabetizador; rotina de sala de aula. Quanto aos alfabetizandos: levantamento de dados dos alunos (dados pessoais, situação funcional, expectativas,); escritas produzidas; participação em sala. Quanto aos parceiros: administração do espaço físico e, quando for o caso, dos recursos para custeio de despesas; envolvimento com o movimento (sugestões, propostas, participação, grau de adesão); relação entre a instituição/entidade e a classe de alfabetização; divulgação do movimento. Quanto ao impacto: dados quantitativos (dados estatísticos: entidades envolvidas, nº de alunos inscritos, desistentes, usuários da leitura e escrita).

Na avaliação são utilizados os seguintes instrumentos: entrevistas (alunos, alfabetizadores, entidades); encontros de supervisão; registro de alfabetizadores e auxiliares de coordenação; material escrito pelos alunos; pesquisas; reuniões; banco de dados.